

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	10
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	11
1.5 Principais clientes	13
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	14
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	15
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	16
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	17
1.10 Informações de sociedade de economia mista	20
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	21
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	22
1.13 Acordos de acionistas	24
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	25
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	26
1.16 Outras informações relevantes	27
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	29
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	30
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	31
2.5 Medições não contábeis	32
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	39
3.2 Acompanhamento das projeções	40

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	56
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	57
4.4 Processos não sigilosos relevantes	58
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	81
4.6 Processos sigilosos relevantes	82
4.7 Outras contingências relevantes	83
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	84
5.2 Descrição dos controles internos	89
5.3 Programa de integridade	92
5.4 Alterações significativas	96
5.5 Outras informações relevantes	97
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	98
6.3 Distribuição de capital	102
6.4 Participação em sociedades	103
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	105
6.6 Outras informações relevantes	106
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	107
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	111
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	112
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	113
7.4 Composição dos comitês	119
7.5 Relações familiares	123
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	124
7.7 Acordos/seguros de administradores	125
7.8 Outras informações relevantes	126
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	133

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	140
8.3 Remuneração variável	144
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	146
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	149
8.6 Outorga de opções de compra de ações	150
8.7 Opções em aberto	152
8.8 Opções exercidas e ações entregues	153
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	155
8.10 Outorga de ações	156
8.11 Ações entregues	157
8.12 Precificação das ações/opções	158
8.13 Participações detidas por órgão	160
8.14 Planos de previdência	161
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	162
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	163
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	164
8.18 Remuneração - Outras funções	165
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	166
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	167
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	168
8.20 Outras informações relevantes	169
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	170
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	172
9.4 Outras informações relevantes	173
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	174
10.1 Descrição dos recursos humanos	176
10.2 Alterações relevantes	177
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	178
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	179
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	180

Índice

10.5 Outras informações relevantes	181
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	182
11.2 Transações com partes relacionadas	185
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	186
11.3 Outras informações relevantes	187
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	188
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	189
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	190
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	191
12.5 Mercados de negociação no Brasil	192
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	193
12.7 Títulos emitidos no exterior	194
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	195
12.9 Outras informações relevantes	196
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	197
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	198
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	201

1.1 Histórico do emissor

1.1. – Histórico do Emissor

A Reag Investimentos S.A. (“**Companhia**”) foi originalmente constituída como sociedade limitada em 25 de julho de 2011, sob a denominação GetNinjas Atividades de Internet Ltda., com sede na cidade de São Paulo, tendo sido transformada em sociedade por ações em 22 de junho de 2018, ocasião em que sua razão social passou a ser GetNinjas Atividades de Internet S.A.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia alterou sua razão social para Getninja S.A., a qual foi posteriormente modificada em 30 de dezembro de 2024 para sua atual denominação e as ações da companhia passaram a ser negociadas no Novo Mercado da B3 sob o ticker “**REAG3**” e nome de pregão “**REAGINVEST**”.

Desde sua constituição, foram realizadas diversas alterações no capital social e objeto social da Companhia, conforme descrito em detalhes nos itens 1.12 e 1.14, respectivamente, deste Formulário de Referência.

PLATAFORMA GETNINJAS E INÍCIO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA

A ideia da plataforma GetNinjas nasceu em 2010, diante de uma grande dor do mercado brasileiro, em meio a um cenário difícil para a contratação de serviços gerais de qualidade. Naquela época, não existia no Brasil nenhum site ou plataforma destinada exclusivamente ao setor de serviços, tornando a ideia totalmente disruptiva no país. Considerando esse cenário nacional e a existência de sites desse formato em outros países, a Companhia surgiu a partir da adaptação de um protótipo de site da Índia para os moldes do mercado brasileiro.

No começo de 2011, o projeto e os resultados iniciais chamaram a atenção da Monashees Capital e da Kaszek Ventures que decidiram fazer o primeiro aporte na Companhia que iniciou suas atividades atuando como uma plataforma online por meio da qual os seus clientes, livremente e sem direcionamento ou interferência, buscavam orçamentos e contratavam serviços disponibilizados pelos profissionais.

Em agosto de 2011, a Companhia recebeu o primeiro investimento de Fosthall Holdings LLC (“**Fosthall**”), sociedade com sede em Delaware controlada diretamente pela Getninja Holdings Ltd., que se tornou sócia da Companhia.

Entre 2011 e 2014 a Companhia se concentrou em desenvolver a sua base tecnológica, algoritmos de *matching* e a cadastrar os primeiros profissionais.

No final de 2014 foi lançada uma versão beta do sistema de monetização e, entre 2015 e 2017, ao perceber o crescimento da adoção de smartphones, a Companhia decidiu dirigir seus esforços para o desenvolvimento de suas soluções mobile. Em meados de 2017, a Companhia fez a migração de 100% de sua base de profissionais que usavam o website desktop para seus aplicativos Android e iOS facilitando o acesso à plataforma.

Em 2018, a Companhia se tornou sociedade por ações e recebeu investimento da companhia multinacional francesa Saint-Gobain.

Importante destacar que a experiência adquirida pela Companhia ao longo dos anos foi fundamental para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

1.1 Histórico do emissor

ABERTURA DO CAPITAL

Em 25 de fevereiro de 2021, em assembleia geral extraordinária da Companhia, seus acionistas autorizaram o seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) da oferta pública inicial de ações da Companhia (“**IPO**”). O IPO contou tanto com uma parcela primária como secundária.

O registro de emissora categoria “A” e o registro do IPO da Companhia foram concedidos pela CVM em 13 e 14 de maio de 2021, respectivamente, e a listagem das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) foi deferido em 13 de maio de 2021, cuja negociação foi iniciada em 17 de maio de 2021, sob o código de negociação “NINJ3”.

Em 13 de maio de 2021, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, dentre outras matérias, foi homologado o aumento de capital da Companhia no âmbito do IPO dentro do capital autorizado.

OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO (OPA)

Em 12 de dezembro de 2023, o REAG Alpha Fundo de Investimento Financeiro Em Ações (então denominado Reag Alpha Fundo de Investimento Multimercado) (“**REAG Alpha**”) realizou oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia (“**OPA**”) em razão do atingimento de participação superior a 25% do capital social da Companhia, nos termos da *poison pill* previsto no Estatuto Social.

O leilão da OPA foi realizado em 24 de janeiro de 2024, com liquidação em 31 de janeiro de 2024, quando o REAG Alpha passou a deter aproximadamente 66,36% do capital social e se tornou o acionista controlador da Companhia.

Em 31 de março de 2024, o REAG Alpha passou a deter aproximadamente 69,60% do capital social da Companhia em razão da aquisição das ações remanescentes dos acionistas que desejaram vendê-las durante o período de 90 dias após o leilão da OPA.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Desde a mudança de controle da Companhia em 2024, a nova administração implementou uma nova visão para o futuro da Companhia, possuindo esta visão três pilares estratégicos fundamentais, quais sejam: (i) Pessoas; (ii) Racionalização de Despesas; e (iii) Explorar Novas Avenidas de Crescimento.

Conforme divulgado em fatos relevantes da Companhia em 05 de junho de 2024, 26 de junho de 2024, 14 de novembro de 2024, 09 de dezembro de 2024, 30 de dezembro de 2024, 13 de fevereiro de 2025, 03 de abril de 2025 e 22 de abril de 2025, a Companhia passou por uma reorganização societária que teve como propósito a segregação dos seus ativos, racionalizando assim a divisão das atividades operacionais entre as sociedades resultantes de tal reorganização (i.e., CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. e Revee S.A.). Segue abaixo uma descrição da reorganização societária:

A. Drop Down

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de junho de 2024, foi aprovada a segregação e transferência de determinados bens,

1.1 Histórico do emissor

direitos, obrigações, passivos e contratos operacionais relativos ao negócio “GetNinjas” (“**Estabelecimento Empresarial**”) para a GetNinjas Ltda., subsidiária integral da Companhia (“**Drop Down**”), o qual foi implementado no dia 30 de setembro de 2024. Para mais informações sobre o Drop Down, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

B. Cisão Parcial Reag Investimentos x CIABRASF

Em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 26 de junho de 2024 foi aprovada, dentre outras matérias, a cisão parcial da Companhia e incorporação do acervo cindido pela CIABRASF – Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A., então subsidiária integral da Companhia, a qual foi implementada em 27 de fevereiro de 2025.

Para mais informações sobre esta operação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

C. Cisão Parcial Reag Investimentos x Reeve e Permuta de Ativos

Em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 09 de dezembro de 2024, foi aprovada, dentre outras matérias, a cisão parcial da Companhia e incorporação do acervo cindido pela Reeve S.A. bem como a permuta de determinados ativos, a qual foi implementada em 17 de abril de 2025.

Para mais informações sobre esta operação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

D. Alteração do Objeto Social da Companhia

Em 09 de dezembro de 2024, em assembleia geral extraordinária da Companhia, foi aprovada, dentre outras matérias, a alteração do objeto social da Companhia para: *“a participação, direta ou indiretamente (inclusive por meio de fundos de investimento) em pessoas jurídicas, no País ou no exterior, que atuem em quaisquer ramos de atividades, incluindo atividades financeiras”*.

AUMENTO DE CAPITAL 09/12/2024

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente homologado em 02 de junho de 2025, conforme fato relevante divulgado na referida data.

Para mais informações sobre esta operação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com a implementação do Aumento de Capital descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência, a REAG Investimentos passará a ser a maior *holding* gestora independente do Brasil, com R\$ 299 bilhões sob gestão, de acordo com o Ranking de Gestão da ANBIMA (fev/25). Além disso, seremos a primeira *holding* de Wealth Management listada na B3 (REAG3), reforçando nosso compromisso com inovação, transparência e excelência no mercado financeiro.

Atuamos em Asset Management e Wealth Management, desenvolvendo soluções de investimentos personalizadas para atender às necessidades específicas de cada cliente. Com uma estrutura integrada e uma equipe altamente especializada, oferecemos um ecossistema completo e um portfólio abrangente de produtos e serviços, sempre guiados pela agilidade, inovação e ética.

SETORES DE ATUAÇÃO

Wealth Management

Soluções financeiras assertivas em Gestão de Patrimônio

O setor REAG Wealth Management (“RWM”) é uma área responsável pelas atividades relacionadas à gestão patrimonial, bem como apoio aos clientes, trabalhando em coordenação com os demais times e estruturas da empresa.

A RWM trabalha no conceito de *multi family office* (MFO) para atender grupos familiares em busca de soluções institucionais.

Assim como os demais times da Companhia, esse departamento conduz suas atividades de forma independente e sempre de acordo com os interesses dos clientes.

O modelo de suporte é *client-centric*. Isso significa que as soluções propostas pelo time da RWM buscam sempre se compatibilizar às necessidades e vontades expressas.

Customização é a principal ferramenta que entregamos para atender investidores com expectativas e demandas institucionais.

A RWM tem um time de executivos com mais de trinta anos de experiência individual em um amplo espectro da indústria financeira e de gestão de recursos: bancos, assets, entidades fechadas de previdência complementar, MFOs e corretoras.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Diversos executivos são autorizados como administradores de carteiras de valores mobiliários pela CVM, e/ou possuem certificação como gestores (CGA) pela ANBIMA.

Com o Aumento de Capital, melhor descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência, a Companhia passará a ser controladora da Berkana Patrimônio (Berkana Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.), a Hieron Patrimônio Familiar (Hieron Patrimônio Familiar e Investimento Ltda.), dentre outras, ampliando e fortalecendo sua presença no segmento de Wealth Management. A conferência de participações societárias no âmbito do Aumento de Capital consolidará a posição de destaque da Companhia tanto pelo volume de ativos sob gestão quanto pela excelência de sua equipe.



Processo, Análise do Perfil do Investidor e IPS

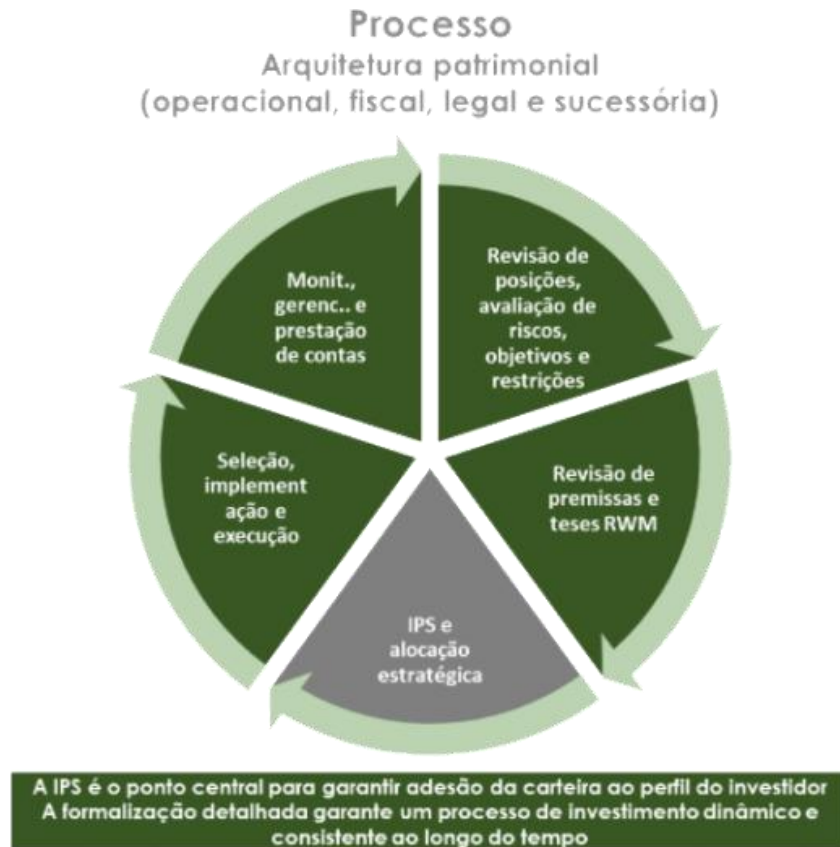
A RWM acredita que ter um planejamento abrangente e consistente seja fundamental para que a gestão de investimentos esteja inserida no real contexto do cliente, levando em consideração todos os seus objetivos, passivos, questões sucessórias e fiscais.

Esse processo tem início na interação entre o claro entendimento sobre a situação, os objetivos, as necessidades e as restrições do cliente, até avaliação, premissas e análises da RWM.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com esse exercício torna-se possível elaborar a pedra fundamental da gestão, que é a Política de Investimentos Pessoais (IPS). É a política de investimentos que norteará: a seleção de ativos, produtos, gestores, estratégias, soluções, alocação e diversificação.

Esse processo deve, por definição, ser continuado e retroalimentado, já que fatores externos e internos se alteram no tempo.



Nossa Proposta de Valor:

- Principal objetivo: A preservação do patrimônio ao longo do tempo;
- Gestão ativa e *asset allocation* estratégico;
- Institucionalização do processo de investimento;
- Parceria e comprometimento com nossos clientes;
- Busca do crescimento sustentável dos recursos acumulados;
- Soluções customizadas;
- Consolidação, monitoramento e *reporting* de alto valor agregado;
- Completo alinhamento de interesses;
- Suporte operacional e de monitoramento robusto e terceirizado;
- Imparcialidade e transparência na tomada de decisões;
- Custos operacionais competitivos;
- Equipe com senioridade e *expertise*; e
- Arquitetura aberta, múltiplas soluções.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Asset Management

A REAG Asset Management é uma gestora de recursos independente criada em 2013, que tem em sua estrutura uma equipe com mais de 130 profissionais altamente experientes, atuando com diferentes estratégias, como crédito, *real estate*, *legal claims* e *special situations*.

Com o Aumento de Capital, melhor descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência, a Companhia passará a ser controladora da Empírica (Empírica Holding S.A., Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda. e Empírica Gestão de Cobranças e Garantias Ltda.), a Quasar Asset (Quasar Advisory Ltda.), dentre outras, que passarão a integrar a vertical de Crédito da REAG Asset Management.

Atuação da Reag Asset

- *Crédito*: Operações de crédito estruturado para diversos setores, incluindo teses inovadoras, além de fundos de crédito High Grade e High Yield;
- *Legal Claims*: Fundos de investimento em direitos creditórios e precatórios federais, estaduais e municipais;
- *Real Estate*: Fundos imobiliários corporativos, *high-end* e monousuário, incluindo operações *Built-to-Suit* e *Sale- Lease-Back*; e
- *Capital Partners*: Fundos de private equity, corporate venture capital e operações de club deal, com captação no Brasil e offshore

Soluções

- *Para quem quer investir*: Oportunidade de investimento em produtos de diferentes estratégias e setores econômicos, sejam de crédito estruturado, *equity*, fundos multimercados, imobiliários ou renda fixa, previdenciários e de precatórios, entre outros.

Para Investidores qualificados e profissionais, inclusive em mandatos exclusivos.

- *Para quem busca funding*: Captação de recursos por meio de operações de crédito estruturado, *private equity*, *venture capital* e *club deals*.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Voltado a empresas de variados portes e estágios de maturidade, em diversos setores, inclusive governamental.

CONTROLADAS

A Companhia é uma *holding* pura e possui as seguintes controladas:

- Asset Management: São as controladas diretas e indiretas da Companhia especializadas em *asset management*, com foco na alocação e gestão de recursos em portfólios de estratégias, como crédito, *real estate*, *legal claims* e *special situations*; conforme elencadas abaixo:
 - *Reag Special Situations Gestão de Recursos Ltda.*;
 - *Reag Prime Gestão de Recursos Ltda. (nova denominação de Reag Equities Gestão de Recursos Ltda.)*;
 - *Reag Legal Claims Gestão de Ativos Ltda.*;
 - *Reag Venture Capital & Growth Equities Ltda.*;
 - *Reag Gestão de Fundos Imobiliários Ltda.*;
 - *Reag Specialty Finance Ltda. (nova denominação de Quasar Asset Management Ltda.)*;
 - *Quasar Holding Ltda.*;
 - *Quasar Advisory Ltda.*;
 - *Empírica Holding Ltda. (nova denominação de Empírica Holding S.A.)*;
 - *Reag Gestão de Crédito Ltda. (nova denominação de Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.)*; e
 - *Empírica Gestão de Cobranças e Garantias Ltda.*
- Wealth Management: São as controladas diretas e/ou indiretas da Companhia especializadas em *wealth management*, com foco em atividades relacionadas à gestão patrimonial no conceito de *multi family office* (MFO) para atender grupos familiares, conforme listadas abaixo:
 - *Quadrante Investimentos Ltda.*;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- *Reag WM Gestora De Patrimônio Ltda.;*
 - *Reag Jus Gestão de Ativos Judiciais Ltda.;*
 - *Reag Portfolio Solutions Ltda.;*
 - *Hieron Patrimônio Familiar e Investimento Ltda.; e*
 - *Reag Berkana Investimentos Ltda. (nova denominação de Berkana Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.).*
- GetNinjas Ltda., subsidiária integral da Companhia, detentora de uma plataforma inovadora, disponível para sistemas Android, iOS e web, presente em todos os Estados do Brasil e que conecta digitalmente profissionais de variadas áreas, pessoas físicas ou jurídicas, a potenciais clientes.

A GetNinjas Ltda. é sediada em São Paulo e tem como principais atividades **(i)** a prestação de serviços de confecção, desenvolvimento e criação de páginas eletrônicas; **(ii)** a manutenção de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; **(iii)** o anúncio de páginas e serviços na internet; **(iv)** a viabilização do retorno de resultados positivos de buscas por páginas na internet; **(v)** o desenvolvimento de algoritmos de seleção e filtragem de busca; e **(vi)** participação no capital social em outras sociedades.

- GMS Coffee Company Ltda., controlada da Companhia, com sede em São Paulo/SP, tem como objeto social a exploração de lanchonetes, casas de chá, sucos e estabelecimentos similares.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

b. características do processo de distribuição

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados;

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

ii. condições de competição nos mercados

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

d. eventual sazonalidade

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

iii.eventual volatilidade em seus preços

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

1.5 Principais clientes

1.5 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Durante o exercício social de 2024, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% (dez por cento) da receita líquida total da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia é uma *holding* e, como tal, não está sujeita à necessidade de autorização governamental para o exercício de suas atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

A Companhia não possui uma política ambiental e social formalizada até o momento, tendo em vista que suas atividades são consideradas de baixo impacto ambiental e social.

Dada a natureza de suas atividades, consideradas de baixo impacto ambiental, a Companhia ainda não aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental nem incorreu, até a presente data, em custos relacionados ao cumprimento de obrigações regulatórias ambientais.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui dependência de patentes, marcas licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Até o presente momento, não há documentos e informações aplicáveis ao presente item.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita da Companhia é inteiramente gerada em território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferir receitas no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, assim, não está sujeita à regulação estrangeira.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (“ASG”)

a. se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Até o momento, a Companhia ainda não divulga informações ASG de forma consolidada. A Companhia encontra-se em processo de organização e produção de informações ASG e as divulgará ao mercado em momento oportuno.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, conforme acima.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, conforme acima.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, conforme acima.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Não aplicável, conforme acima.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, conforme acima.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, conforme acima.

h. se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável, conforme acima.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i. explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i.1) a não divulgação de informações ASG

A Companhia sempre buscou contribuir com o desenvolvimento da sociedade por meio de iniciativas próprias, patrocínios, apoios e parcerias, com ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Nos últimos anos, a agenda ambiental, social e de governança corporativa (ASG) se tornou um tema relevante para o mercado em geral, trazendo à tona a necessidade de contar com uma política para nortear a atuação da Companhia de acordo com as melhores práticas.

No momento, a Companhia ainda não reporta informações ASG devido a sua necessidade de organização e produção de determinadas informações sobre o tema, que devem ser produzidas oportunamente, conforme o desenvolvimento de suas atividades e prosseguimento de seu planejamento estratégico. A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

(i.2.) a não adoção de matriz de materialidade

A Companhia ainda não reporta informações ASG, conforme indicado acima.

A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

(i.3.) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia ainda não reporta informações ASG, conforme indicado acima.

A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

(i.4.) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia ainda não reporta informações ASG, conforme indicado acima.

A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

(i.5.) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia ainda não reporta informações ASG, conforme indicado acima.

A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**(i.6.) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia ainda não reporta informações ASG, conforme indicado acima.

A Companhia está empenhada em iniciar a divulgação de informações ASG o mais breve possível.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante foram devidamente descritos nos itens 1.1 e 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Conforme descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência e divulgado em fatos relevantes da Companhia em 05 de junho de 2024, 26 de junho de 2024, 14 de novembro de 2024, 09 de dezembro de 2024, 30 de dezembro de 2024, 13 de fevereiro de 2025, 03 de abril de 2025 e 22 de abril de 2025, a Companhia passou por uma reorganização societária que teve como propósito a segregação dos seus ativos, racionalizando assim a divisão das atividades operacionais entre as sociedades resultantes de tal reorganização (i.e., CIABRASF e Reveen).

Os documentos relacionados às operações descritas abaixo, encontram-se disponíveis no site de relações com investidores da Companhia e no site da CVM.

A. Drop Down

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de junho de 2024, foi aprovada a segregação e transferência de determinados bens, direitos, obrigações, passivos e contratos operacionais relativos ao negócio “GetNinjas” (“Estabelecimento Empresarial”) para a GetNinjas Ltda., subsidiária integral da Companhia (**“Drop Down”**), o qual foi implementado no dia 30 de setembro de 2024.

O Drop Down foi uma operação vertical de transferência de ativos que provocou a substituição de elementos patrimoniais da Companhia, uma vez que esta conferiu o Estabelecimento Empresarial a sua subsidiária integral, GetNinjas Ltda., e recebeu o equivalente em participação societária da referida empresa, não existindo redução do capital social da Companhia no âmbito desta operação.

B. Cisão Parcial Reag Investimentos x CIABRASF

Em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 26 de junho de 2024 (**“AGE 26/06/2024”**) foi aprovada, dentre outras matérias, a cisão parcial da Companhia e incorporação do acervo cindido pela CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (**“CIABRASF”**), então subsidiária integral da Companhia (**“Cisão Parcial Reag Investimentos x CIABRASF”**), a qual foi implementada em 27 de fevereiro de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia passou de R\$298.218.502,67 (duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e dois reais e sessenta e sete centavos) para R\$284.201.814,20 (duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e um mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos), sem cancelamento de ações, de forma que o número de ações detidas pelos acionistas e seu percentual de participação na Companhia mantiveram-se inalterados, e os acionistas da Companhia receberam 0,01 (um centésimo) de ação ordinária de emissão da CIABRASF para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia detida por eles.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

C. Cisão Parcial Reag Investimentos x Revee e Permuta de Ativos

Em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 09 de dezembro de 2024, foi aprovada, dentre outras matérias, a Cisão Parcial Reag Investimentos x Revee, bem como a Permuta de Ativos.

A Cisão Parcial Reag Investimentos x Revee foi implementada em 17 de abril de 2025 e, em razão disso, o capital social da Companhia passou de R\$284.201.814,20 (duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e um mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos) para R\$164.200.814,20 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos), sem cancelamento de ações, de forma que o número de ações detidas pelos acionistas e seu percentual de participação na Companhia mantiveram-se inalterados, e os acionistas da Companhia receberam 0,02 (dois centésimos) de ação ordinária de emissão da Revee para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia detida por eles.

AUMENTO DE CAPITAL 09/12/2024

Conforme divulgado em fato relevante da Companhia no dia 09 de dezembro de 2024, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em tal data foi aprovado o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto social, o qual foi homologado parcialmente em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de junho de 2025, no valor total de R\$ 420.935.540,30 (quatrocentos e vinte milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e trinta centavos), mediante a emissão de 90.136.090 (noventa milhões, cento e trinta e seis mil e noventa) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Aumento de Capital**").

Em razão disso, o capital social da Companhia passou de R\$164.200.814,20 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos) para R\$ 585.136.354,50 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), dividido em 140.991.806 (cento e quarenta milhões, novecentas e noventa e uma mil, oitocentas e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Aumento de Capital foi subscrito e integralizado pela (i) pela REAG Asset Management LTDA. (nova denominação da Reag Asset Management S.A.) (CNPJ nº 18.606.232/0001-53) mediante: conferência de participações societárias detidas por ela, avaliadas no valor total de R\$ 420.927.998,25 (quatrocentos e vinte milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 30 de dezembro de 2025; e (ii) pelos demais acionistas em moeda corrente nacional, à vista, no valor total de R\$ 7.542,05 (sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Acordo de acionistas

A Companhia informa que não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

Todas as alterações significativas na condução dos negócios da Companhia no último exercício social estão descritas nos itens 1.1 e 1.12 deste Formulário de Referência.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

Exceto conforme descrito nos itens 1.1 e 1.12 deste Formulário de Referência, no último exercício social, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e/ou por suas controladas com terceiros que não fossem diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda está pendente a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacionais e financeiros

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.6 Eventos subsequentes as DFs**2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras**

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados**2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados**

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Conforme Fato Relevante divulgado em 30 de março de 2025, foi necessário adiar a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), anteriormente prevista para 31 de março de 2025, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos dos auditores independentes da Companhia para emissão do seu parecer referente às DFs 2024.

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, ainda estão pendentes algumas informações financeiras da Companhia e, conseqüentemente, a conclusão dos trabalhos de auditoria das DFs 2024, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que está empenhada em esclarecer os pontos pendentes com a maior brevidade possível, visando à conclusão dos trabalhos de auditoria e à disponibilização das demonstrações financeiras aos acionistas. Informa, ainda, que procederá com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência por ocasião da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, a ser oportunamente convocada após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao referido exercício.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às suas atividades e às de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia é uma *holding* detentora de participações societárias (“**Investidas**”) e cotas de fundos.

Por ser uma *holding*, os riscos que podem influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Companhia serão essencialmente aqueles decorrentes dos riscos aos quais as Investidas estão sujeitas.

A Companhia apresenta neste item 4.1 os principais riscos que considera relevantes para os negócios das Investidas e, conseqüentemente, para a Companhia, considerando seus ativos. Trata-se de lista não exaustiva, que compila apenas os riscos que, no julgamento da Companhia, são, atualmente, os mais relevantes. Contudo, os resultados da Companhia, bem como o valor dos valores mobiliários de sua emissão, podem ser, ainda, afetados negativamente por outros riscos que, na visão da Companhia, possuem menor relevância ou mesmo por riscos desconhecidos, e que, portanto, não estão descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A materialização de qualquer dos riscos abaixo listados pode afetar negativamente a situação financeira, a reputação e/ou os negócios das Investidas e, conseqüentemente, os resultados ou reputação da Companhia e o valor dos valores mobiliários de sua emissão. Dessa forma, é importante que os investidores avaliem cuidadosamente os fatores de risco descritos neste item 4.1 e as demais informações contidas neste Formulário de Referência.

a. Emissor

A Companhia é uma holding cujos resultados dependem dos resultados das suas Investidas. Alterações substanciais no ambiente macroeconômico nacional e internacional podem afetar negativamente o desempenho financeiro geral da Companhia e das Investidas.

Por ser uma holding, os resultados da Companhia dependem diretamente das operações, atividades e resultados das Investidas.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e inflação, que implicam na possibilidade de sofrer ganhos ou perdas decorrentes de flutuações das taxas incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros, a saber: (i) Taxas de Inflação: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relacionado às suas emissões de debêntures e reajustes tarifários da Concessão e Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, decorrente das obrigações da Companhia com o Poder Concedente; (ii) Certificado de Depósito Interbancário – CDI, relacionado às suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

emissões de debêntures e às aplicações financeiras relativas aos excedentes de caixa investidos.

Futuras medidas do Governo Federal, incluindo, mas não se limitando a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento da inflação e levar a políticas anti-inflacionárias, o que pode causar um efeito adverso para os futuros negócios e resultados da Companhia e das Investidas.

Por outro lado, uma alta significativa na taxa de juros interna com a finalidade de conter o aumento da inflação pode ter um efeito adverso na capacidade de pagamento da Companhia, podendo impactar diretamente o custo de captação de recursos da Companhia.

Qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia em decorrência das flutuações dos índices financeiros poderá afetar, substancialmente, não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também seu caixa e seus equivalentes a caixa e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros.

A diversificação nos investimentos da Companhia e das Investidas, e a realização de novas aquisições poderão ter um efeito adverso no resultado das Investidas e da Companhia e resultar em riscos adicionais.

A diversificação no portfólio dos investimentos da Companhia e das Investidas pode resultar na exposição a novos riscos. Novas aquisições, seja nos setores nos quais a Companhia e as Investidas já atuam ou em novos setores, poderão envolver uma série de riscos e desafios que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre seus negócios, como, por exemplo, riscos de novos investimentos não gerarem os retornos esperados, bem como de exigirem aportes financeiros adicionais e riscos associados ao passivo contingente de tais empresas. A descontinuidade ou diminuição dos investimentos de qualquer Investida nos segmentos em que originalmente atuava também pode afetar o valor de suas respectivas ações, o que, por sua vez, pode ter um efeito adverso na Companhia. Ademais, a tomada de decisão em relação a eventual diversificação no portfólio dos investimentos da Companhia e das Investidas é baseada em estudos e projeções de resultado de longo prazo, os quais podem conter premissas macroeconômicas que podem não se concretizar e premissas de negócios sujeitas a alterações por razões que independem da atuação da Companhia e das Investidas. Além disso, a Companhia e as Investidas também poderão adquirir participações que não lhe assegurem o controle de tais empresas, o que pode sujeitá-las a riscos que não podem controlar, tendo em vista que, de modo geral, não terão preponderância nas decisões tomadas nessas empresas. A Companhia e as Investidas poderão optar por reduzir os investimentos em qualquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

empresa, ou mesmo descontinuar tais investimentos. Nesses casos, podem não alcançar o retorno esperado em decorrência, por exemplo, da volatilidade e falta de liquidez dos mercados de capitais, podendo, assim, sofrer um efeito adverso relevante.

A Companhia tem como objeto social a participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento, em pessoas jurídicas no país ou no exterior, que atuem em administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, incluindo a prestação de serviços de administração fiduciária e/ou gestão de recursos, bem como proteção e defesa dos direitos e interesses dos investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, gestor, administrador de receitas, agente fiscalizador e demais funções que tenham por objeto o mesmo fim.

Falhas, defeitos, ou inadequação dos sistemas, processos e controles internos da Companhia e das Investidas, inclusive decorrentes de má- conduta, erros humanos ou riscos operacionais podem afetar a Companhia e as Investidas de forma adversa.

A Companhia e as Investidas possuem sistemas, processos, políticas e outros mecanismos de controles internos adaptados às suas atividades e a seus estágios de desenvolvimento. Estes sistemas estão sujeitos a falhas internas operacionais e de procedimento, bem como a eventos externos. Estes eventos podem resultar em fraudes, falhas de segurança da informação, interrupção ou dificuldades de operação dos sistemas, falhas na manutenção da confidencialidade de informações, falhas na concepção e modelagem de produtos e serviços bancários, não cumprimento de obrigações com os clientes, fornecimento de informações incompletas ou intempestivas a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores, vícios na formalização de operações, falhas na custódia de documentos e mau relacionamento com parceiros comerciais, fornecedores e terceiros e continuidade de negócios. A ocorrência de quaisquer destes eventos, que não seja prontamente e adequadamente corrigido, poderá afetar os resultados da Companhia.

Risco Relacionado à Continuidade da Companhia.

A capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio, dependerá dos resultados e distribuição de proventos pelas Investidas. Não há garantia de que haverá distribuição de proventos à Companhia ou, caso haja, que tais valores serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia, principalmente em relação ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso necessite de recursos adicionais no futuro, a Companhia poderá optar por obtê-los por meio da emissão de novas ações ou de outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação de investidores em seu capital social.

A Companhia poderá precisar captar recursos no futuro e poderá captar tais recursos por meio da emissão pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas, no caso de indisponibilidade de financiamento público ou privado ou por decisão de seus acionistas.

A Companhia poderá, ainda, aumentar o seu capital social, mediante a emissão de novas ações escriturais, podendo possibilitar que os acionistas utilizem determinados bens para integralizar tais aumentos de capital. O investidor que optar por não acompanhar o aumento de capital da Companhia terá sua participação diluída.

Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou permutáveis por elas, entre outras alternativas, pode resultar em alteração no preço das ações da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia.

Escassez de financiamentos e falta de liquidez poderão afetar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, de desenvolver seus negócios e até de obter recursos para investimentos.

A capacidade da Companhia de captar recursos e o custo associado podem ser afetados por vários fatores, como mudanças nas condições de mercado, oferta de crédito e mudanças regulatórias. Além disso, o acesso a recursos pode ser escasso e/ou tornar-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais pode não ser possível ou ser limitado. A ocorrência de quaisquer desses fatores, entre outros, pode ter um impacto adverso sobre a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e sobre o custo de captação de recursos da Companhia, que pode afetar negativamente seus resultados e situação financeira.

Ademais, por ser uma *holding*, os resultados da Companhia dependerão diretamente das operações, atividades e resultados das Investidas. Dessa forma, a capacidade de a Companhia cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio, depende dos resultados e distribuição de proventos pelas Investidas. Não há garantia de que haverá distribuição de proventos à Companhia ou, caso haja, que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e pagamento de dividendos aos seus acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco relacionado a fatores macroeconômicos, como novos surtos de doenças transmissíveis, tais como as provocadas pelo novo coronavírus, que podem ocorrer futuramente e afetar significativamente a economia e as operações da Companhia. Caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para mitigar riscos de tais impactos adversos em seus negócios.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, seus negócios e o resultado de suas operações, podendo dar ensejo a rescisão antecipada de contratos essenciais às atividades da Companhia, em razão de força maior, por exemplo. Ademais, em virtude das condições incertas de mercado, a Companhia pode ser incapaz de firmar novos contratos, ter seus contratos vigentes alterados ou mesmo ter que firmar novos contratos em condições menos vantajosas, o que pode afetar seus negócios, material e negativamente.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, como corona vírus (COVID-19), o Zika, o ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira e nos resultados da Companhia. Surtos de doenças também podem resultar em quarentena do pessoal da Companhia ou na incapacidade de acessar suas instalações, o que prejudicaria a sua atividade e resultados operacionais, podendo dar ensejo a rescisão antecipada de contratos essenciais às atividades da Companhia, em razão de força maior, por exemplo. Ademais, em virtude das condições incertas de mercado, a Companhia pode ser incapaz de firmar novos contratos, ter seus contratos vigentes alterados ou mesmo ter que firmar novos contratos em condições menos vantajosas, o que pode afetar seus negócios, material e negativamente.

Risco relacionado às questões reputacionais que envolvem a Companhia e suas Investidas

Qualquer tipo de dano à reputação da Companhia e suas Investidas poderia prejudicar seus negócios e as perspectivas para o longo prazo. Diversos fatores podem causar danos à reputação e provocar uma percepção negativa da instituição por parte de colaboradores, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores e parceiros comerciais. Além disso, algumas ações significativas tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado podem, indiretamente, abalar a reputação da Companhia e suas Investidas perante clientes,

4.1 Descrição dos fatores de risco

investidores e o mercado em geral. Caso a Companhia (ou suas Investidas) seja incapaz, ou percebida como incapaz, de lidar adequadamente com essas questões, podem estar sujeitos a penalidades, multas, ações coletivas e investigações regulatórias, entre outros. Danos à reputação entre colaboradores e investidores podem afetar adversamente e de maneira relevante os negócios, o desempenho financeiro e as perspectivas da Companhia. Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo um possível ataque cibernético, podem interromper algumas operações e impactar negativamente nos negócios e na reputação da Companhia. A publicidade negativa sobre a Companhia ou seu setor pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas futuras.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados. A Companhia e suas Investidas estão sujeitas a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser afetadas adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, conforme alterada - “**LGPD**”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto aos seus artigos 52, 53 e 54, referentes às sanções administrativas, os quais entraram em vigor somente em 1º de agosto de 2021, conforme definido pela Lei nº 14.010/2020. A LGPD transforma a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

A Companhia possui diretrizes e utiliza os dados pessoais de acordo com a legislação informada anteriormente. Entretanto tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, principalmente em relação a vazamento. A Companhia realiza

4.1 Descrição dos fatores de risco

investimentos para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus colaboradores e parceiros comerciais.

A Companhia pode vir a celebrar instrumentos financeiros que podem acarretar aumento de sua alavancagem e exigência de cumprimento de determinadas obrigações específicas.

A Companhia pode vir a se tornar parte em contratos de financiamento ou celebrar outros instrumentos financeiros que podem vir a aumentar sua alavancagem, inclusive por meio da emissão de títulos e valores mobiliários no Brasil ou no exterior. O eventual endividamento da Companhia pode, por exemplo: (i) dificultar o cumprimento de suas obrigações; (ii) limitar sua capacidade de obter financiamento adicional; (iii) aumentar a vulnerabilidade da Companhia às taxas de juros, podendo resultar em maiores custos financeiros relacionados à dívida; (iv) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas e setoriais adversas; e (v) afetar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Além disso, esses instrumentos financeiros podem vir a impor o cumprimento de obrigações específicas, bem como cláusulas restritivas de alavancagem e liquidez (*covenants* financeiros). Nestes instrumentos, são comuns, ainda, disposições no sentido de que eventuais inadimplementos que não sejam sanados tempestivamente ou em relação aos quais os credores não renunciem seu direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas, possam acarretar decisão desses credores de declarar o vencimento antecipado dessas dívidas representadas por referidos instrumentos, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros de que a Companhia é parte. Dessa forma, qualquer inadimplência gerada a partir da violação desses eventuais instrumentos pode ter efeitos materiais adversos sobre as condições financeiras da Companhia, podendo afetar, inclusive, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O grupo de controle da Companhia terá o poder de direcionar os negócios da Companhia

A Companhia possui um grupo de controle definido, que detém a maioria do seu capital social total de votante, conforme organograma constante no item 6.5 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em decorrência da participação societária detida, o grupo de controle tem o poder de exercer o controle da Companhia, sendo titular de direitos de voto que lhe permitem, por exemplo, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, e determinar o resultado de qualquer ato que exija aprovação dos acionistas, incluindo reorganizações societárias e pagamentos de dividendos.

O grupo de controle da Companhia pode, ainda, ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que possam ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas, e, mesmo em tais casos, o interesse do acionista controlador poderá prevalecer.

Eventos negativos relacionados ao acionista controlador

Eventos negativos relacionados ao seu acionista controlador também podem influenciar de modo adverso nas atividades e nos resultados de captação de investimentos da Companhia.

Considerando a influência do acionista controlador na própria Companhia, a hipótese de divulgação e veiculação de notícia com conotação negativa relacionada ao acionista controlador, independente de contestação da veracidade da notícia veiculada, poderá gerar como consequente efeito uma reação adversa dos próprios investidores e do mercado em geral quanto a própria Companhia, visto sua relação direta de controle.

Assim, caso seja propagada notícia com conotação negativa sobre seu acionista controlador, a Companhia poderá ser indiretamente atingida com a imputação da mesma conotação negativa, causando efeito adverso nos próprios negócios da Companhia.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), razão pela qual os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários são majoritariamente decorrentes dos riscos a que estão expostas as Investidas, conforme descritos neste item 4.1.

d. seus administradores

A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso nos negócios e decisões em processos judiciais desfavoráveis envolvendo os administradores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração. Por isso, a perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso nos negócios e, conseqüentemente, nos resultados operacionais e financeiros. Em caso de renúncia de membros da administração, a Companhia pode ter dificuldade em substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação, ou ainda não ser capaz de manter sua cultura.

Outro risco com efeitos adversos relevantes é o de decisões desfavoráveis ou processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo os administradores, que podem causar efeitos adversos nos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como na imagem e reputação da Companhia. Os administradores podem vir a ser partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Os resultados destes processos podem ter um efeito adverso sobre a Companhia. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia. Eventuais repercussões na mídia de tais processos, podem impactar adversamente na imagem e reputação da Companhia e podem causar efeito adverso relevante sobre os negócios. Não é possível prever futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

e. seus fornecedores

A Companhia não está exposta diretamente a riscos relacionados com fornecedores que possam influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários, dado que suas atividades estão restritas a participações em outras sociedades (*holding*).

No entanto, existem fatores que incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora do controle da Companhia e das Investidas, como a falta de energia, greves, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, práticas irregulares, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais a Companhia e as Investidas fazem negócios ou que são essenciais para suas atividades, e que podem afetar a produção e resultados das Investidas e da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

f. seus clientes

A Companhia não está exposta diretamente a riscos relacionados com clientes, dado que suas atividades estão restritas a participações em outras sociedades (*holding*).

g. setores da economia nos quais o emissor atue

As operações das Investidas são afetadas pelas condições macroeconômicas e geopolíticas globais, especialmente no Brasil e em outros países onde possuem operações.

No cenário global, o conflito entre Rússia e Ucrânia e as tensões entre Rússia e os Estados Unidos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia e o Reino Unido (RU) resultaram na imposição de diversas sanções financeiras e econômicas, bem como em controles de exportação sobre determinadas organizações e/ou indivíduos russos. O conflito e os desdobramentos relacionados podem ter outros efeitos negativos sobre os mercados financeiros e as condições econômicas regionais e globais, que por sua vez podem resultar em maior volatilidade das taxas de câmbio entre outros resultados negativos. A escalada de outras questões geopolíticas, como o conflito entre Israel e o Hamas, o aumento das tensões entre Israel e alguns países árabes e/ou o aumento das disputas geopolíticas entre a China e os EUA podem levar a restrições no fornecimento de *commodities*, causando uma alta generalizada nos preços de energia e alimentos. Políticas monetárias e condições financeiras mais rígidas poderiam impactar o crescimento econômico. Taxas de juros mais elevadas em países desenvolvidos também podem resultar numa reversão dos fluxos de capitais para esses países, levando à depreciação do real, à aceleração das expectativas de inflação e ao aumento das taxas de juros no país.

Adicionalmente, qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas, que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas, incluindo quarentena, *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos e fechamento prolongado de locais de trabalho, pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia e das Investidas, bem como na economia brasileira e mundial como um todo.

Quaisquer turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais, inclusive relacionadas com valor de títulos e valores mobiliários, inflação e taxas de juros, podem afetar as Investidas e a Companhia de maneira adversa. O aumento da incerteza e da volatilidade pode resultar em uma desaceleração do mercado de crédito e da economia, o que, por sua vez, poderia provocar aumento nas taxas de desemprego e redução no poder aquisitivo da população brasileira e de outros países

4.1 Descrição dos fatores de risco

onde algumas das Investidas possuem operações. Além disso, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos seus clientes de cumprir com suas obrigações e aumentar a ocorrência de operações de crédito em atraso ou inadimplentes, resultando em aumento do risco associado à atividade de crédito. Todos esses eventos poderiam causar um efeito adverso relevante sobre os negócios, os resultados das operações e a situação financeira das Investidas, afetando indiretamente a Companhia.

O Estado brasileiro exerce influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas no Brasil, pode afetar adversamente a Companhia e as Investidas.

O Estado brasileiro periodicamente intervém na economia brasileira e realiza mudanças nas políticas e nas regulamentações. As medidas tomadas pelo Estado brasileiro já envolveram, no passado, entre outras, alterações nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, mudanças na política monetária, restrições a determinadas importações, mudanças na política cambial, insegurança jurídica e mudanças de entendimentos jurídicos. Os negócios, a situação financeira e os resultados de operações das Investidas podem ser material e negativamente afetados por mudanças nas políticas ou nas regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- exigências de reservas e de capital;
- liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito;
- crescimento da economia, inflação e volatilidade cambial;
- políticas fiscais e regulatórias;
- restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais;
- aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciam a capacidade dos clientes de cumprirem suas obrigações com a Companhia e/ou suas Investidas; e
- outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetem o Brasil.

A incerteza sobre se o Estado brasileiro implementará mudanças nas políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores no futuro pode contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e em títulos de emissores brasileiros, o que, por sua vez, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e as Investidas.

Desdobramentos e a percepção de risco de outros países podem afetar a economia brasileira e o preço de mercado de títulos brasileiros de maneira

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversa, consequentemente podendo afetar negativamente as Investidas e, indiretamente, a Companhia.

As condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, da União Europeia e de mercados emergentes, podem afetar em vários graus o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, como as Investidas e, indiretamente, a Companhia. Embora as condições econômicas nesses países possam divergir de forma significativa das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desdobramentos nesses outros países podem ter um efeito adverso relevante no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros, na disponibilidade de crédito no Brasil e na quantidade de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises na União Europeia, nos Estados Unidos da América e em países de mercados emergentes podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive das Investidas. Isso poderia afetar de forma adversa e relevante o preço de mercado dos títulos e também poderia dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento, sob condições aceitáveis ou não, das operações das Investidas no futuro.

A inflação e flutuações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre as Investidas e, indiretamente, sobre a Companhia.

A inflação e as oscilações nas taxas de juros geraram no passado efeitos adversos relevantes na economia brasileira. Aumentos repentinos de preços e longos períodos de inflação alta podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia.

As medidas para combater taxas de inflação elevadas incluem maior rigidez na política monetária, com elevação das taxas de juros, resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre as Investidas e, indiretamente, sobre a Companhia. Mudanças significativas nas taxas de inflação e de juros podem afetar de forma material as margens líquidas das Investidas e, indiretamente, o resultado da Companhia, já que influenciam os custos de captação e concessão de empréstimos.

A instabilidade política no Brasil pode afetar de maneira adversa as Investidas e a Companhia

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando de maneira adversa o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os mercados brasileiros têm sofrido uma maior volatilidade devida às incertezas decorrentes de investigações de alegações de lavagem de dinheiro, corrupção e má conduta por parte de funcionários do governo, empresas e indivíduos do setor privado conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. As incertezas derivadas desses eventos afetaram de maneira adversa a economia e o ambiente político brasileiro. A Companhia não possui controle sobre nem pode prever o desenrolar dessas investigações nem se investigações ou alegações futuras resultarão em uma maior instabilidade política e econômica, o que poderia afetar negativamente o preço de negociação dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras (inclusive as ações de emissão da Companhia e de suas Investidas).

Em outubro de 2022, o Brasil realizou eleições para presidente, senadores, deputados federais e deputados estaduais, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, representando ideologias políticas distintamente opostas às do presidente anterior Jair Bolsonaro. A bipolarização política entre as alas de esquerda e de direita tende a aumentar a instabilidade política, o que poderia afetar adversamente a economia e, portanto, a Companhia e as Investidas.

Em 2022, o Congresso Brasileiro promulgou a emenda constitucional da transição (“**PEC da Transição**”) depois da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da transição para o governo recém-eleito. A PEC da Transição implicou um aumento significativo dos gastos públicos em 2023, o que, juntamente com a liquidação dos precatórios sendo integralmente classificada como despesas primárias, resultou em um déficit orçamentário primário de 2,3% do PIB em 2023 comparado com um superávit equivalente a 1,2% do PIB em 2022. O governo brasileiro pode determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo a Companhia e as Investidas. Não é possível prever quais políticas serão adotadas ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira.

Em agosto de 2023, um novo arcabouço fiscal foi aprovado pelo Congresso. A aprovação e as medidas de implementação para recompor as receitas do governo serão cruciais para o sucesso do arcabouço fiscal e para a prometida convergência do resultado do orçamentário primário.

As incertezas quanto aos desdobramentos políticos e às políticas que o governo federal pode adotar ou alterar, bem como a disposição do governo de limitar despesas, podem ter efeitos adversos relevantes sobre o ambiente macroeconômico no Brasil, assim como sobre as operações e o desempenho financeiro dos negócios que operam no Brasil, incluindo a Companhia e as Investidas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, inclusive com relação as ações de emissão da Companhia e das Investidas.

Qualquer um dos fatores acima pode gerar incerteza política adicional, o que pode ter um impacto relevante sobre a economia brasileira e sobre os negócios, a situação financeira e os resultados das operações das Investidas e da Companhia.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações nos regimes tributários e fiscais, bem como incertezas em decorrência de futuras alterações nas leis tributárias ou em sua interpretação pelas autoridades administrativas ou pelo Poder Judiciário pode afetar as operações da Companhia.

Estamos sujeitos a um complexo regime tributário, e alterações nas leis tributárias ou nas interpretações adotadas por parte das autoridades tributárias brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, pode afetar as operações, estrutura de capital e capacidade financeira da Companhia. As reformas fiscais podem afetar adversamente as operações da Companhia e consequentemente a lucratividade. O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais, incluindo a criação de novos tributos, que podem ser temporários, a mudança nas alíquotas, as suas bases de cálculo ou a forma como eles são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

j. questões sociais

Item não aplicável, tendo em vista que as atividades previstas no objeto social da Companhia e suas Investidas.

k. questões ambientais

Item não aplicável, tendo em vista que as atividades previstas no objeto social da Companhia e suas Investidas.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Item não aplicável, tendo em vista que as atividades previstas no objeto social da Companhia e suas Investidas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Item não aplicável, tendo em vista que não existem, até o momento, questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco**4.2 Descrição dos 5 principais fatores de risco**

I. A Companhia é uma holding cujos resultados dependem dos resultados das suas Investidas. Alterações substanciais no ambiente macroeconômico nacional e internacional podem afetar negativamente o desempenho financeiro geral da Companhia e das Investidas;

II. A diversificação nos investimentos da Companhia e das Investidas e a realização de novas aquisições poderão ter um efeito adverso no resultado das Investidas e da Companhia e resultar em riscos adicionais;

III. Falhas, defeitos, ou inadequação dos sistemas, processos e controles internos da Companhia e das Investidas, inclusive decorrentes de má- conduta, erros humanos ou riscos operacionais podem afetar a Companhia e as Investidas de forma adversa;

IV. Risco Relacionado à Continuidade da Companhia; e

V. Caso necessite de recursos adicionais no futuro, a Companhia poderá optar por obtê-los por meio da emissão de novas ações ou de outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação de investidores em seu capital social.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia é uma *holding* que tem como objeto social a participação, direta ou indiretamente (inclusive por meio de fundos de investimento) em pessoas jurídicas, no País ou no exterior, que atuem em quaisquer ramos de atividades, incluindo atividades financeiras.

Assim sendo, na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não vislumbra riscos de mercado aos quais esteja exposta, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, e que possam ser descritos quantitativamente neste item 4.3.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos não sigilosos relevantes

Nesta data, a Companhia e suas controladas são parte em 33 processos cíveis relevantes. Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 24 mil; e/ou (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem e ou as operações da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos individualmente relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui processos relevantes de natureza tributária em curso.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui processos relevantes de natureza trabalhista e previdenciária.

Processos de natureza cível e outros

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 8167563-59.2023.8.05.0001	
a. juízo	10ª Vara de Relações de Consumo de Salvador/TJBA.
b. instância	Primeira Instância.
c. data de instauração	30/11/2023.
d. partes no processo	Autor / Requerente: Tatyanny Freitas Leite Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 54.704,00.
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face da Companhia, Pagseguro, Banco do Brasil e Banco Santander, visando a condenação das partes em danos morais e materiais, em virtude da ocorrência de "fraude maquininha".
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 09/05/2025, foi proferida sentença julgando improcedente os pedidos da Requerente.
h. estágio do	Conhecimento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo	
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1010011-44.2024.8.26.0127

a. juízo	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Carapicuíba - TJSP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	31/08/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Elaine Souza Colmenero Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 24.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$24.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face do Companhia e GB reformas e Construção LTDA, visando a condenação das partes em danos morais e materiais, ante a suposta falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 20/05/2025, com a réplica da requerente à contestação apresentada.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1021487-24.2024.8.26.0016

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. juízo	1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Central - Vergueiro/TJSP
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	06/08/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Fernando Lopes de Sousa Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 55.999,98.
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face da Companhia e Banco Santander, visando a condenação das partes em danos morais e materiais, em virtude da ocorrência de "fraude maquininha".
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 22/01/2025 foi proferida sentença de improcedência em face da Companhia. Após, o Banco Santander apresentou recurso de apelação em 05/02/2025 e o Requerente apresentou as suas Contrarrazões em 24/03/2025.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0805138-90.2024.8.19.0252

a. juízo	6º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital Lagoa/TJRJ
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	06/08/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Frances Abreu Duarte de Souza Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 52.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face do Companhia, Banco Santander e PagSeguro, visando a condenação das partes em danos morais e materiais, em virtude da ocorrência de "fraude

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 21/11/2024 foi proferida sentença de improcedência em face da Companhia. Após, o Banco Santander e o PagSeguro interpuseram Recurso Inominado em 05/12/2024, tendo o Requerente apresentado suas Contrarrazões em 22/01/2025.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0041175-52.2024.8.16.0182

a. juízo	1º Juizado Especial Cível de Curitiba/TJPR
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	18/09/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Renan da Silva Loula Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 50.888,87.
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face do Companhia, Banco Santander e PagSeguro, visando a condenação das partes em danos morais e materiais, em virtude da ocorrência de “fraude maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 06/03/2025 foi proferida sentença de improcedência do mérito em face da Companhia e PagSeguro. Após, o Banco Santander e o a Companhia interpuseram recurso nominado em 20/03/2025 e 30/03/2025, respectivamente. A Companhia apresentou suas contrarrazões em 07/04/2025 e os Autos foram remetidos para a área recursal em 06/05/2025.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0002926-90.2024.8.16.0195

a. juízo	1ª Vara Descentralizada de Boqueirão – JEC/TJPR
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	22/07/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Claudiomiro Torres Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 50.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Procedimento do Juizado Especial Cível promovido em face da Companhia para discutir a ocorrência de bloqueio indevido de acesso do Requerente na plataforma do Getninjas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 06/03/2025 foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Companhia a restabelecer o acesso do Requerente na plataforma. O Requerente interpôs recurso nominado em 27/03/2025 e os autos seguiram conclusos para decisão em 08/05/2025.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0802386-16.2024.8.19.0004

a. juízo	2º Juizado Especial Cível da Comarca de São Gonçalo
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	31/01/2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autor / Requerente: Andrea Cristina Antunes Borges Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 52.800,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Defesa do Consumidor c/c Restituição de Quantia Certa c/c Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Andrea Cristina Antunes Borges em face do Companhia e Outro, objetivando a condenação dos Requeridos ao ressarcimento do valor de R\$ 2.198,20 e a indenização pelos danos morais suportados no valor de R\$ 10.000,00.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 31/08/2024 foi proferida sentença julgando a ação improcedente somente em relação à Companhia. A Requerente interpôs recurso nominado em 17/09/2024, que lhe foi negado em 06/03/2025.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0840452-02.2024.8.15.2001

a. juízo	14ª Vara Cível da Comarca da Capital - Paraíba
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	28/06/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Andrea Cristina Antunes Borges Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 75.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 75.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Rescisão Contratual com Restituição de Valores e Indenização por Danos Morais ajuizada por Maria do Socorro Almeida de Araujo em face do Companhia e Outros, objetivando a condenação das Rés à restituição do valor de R\$ 65.000,00 e ao pagamento dos danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 12/03/2025, com a juntada de petição de provas da GetNinjas.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1013502-75.2024.8.26.0348

a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Mauá - São Paulo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	07/10/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Ivone Ferreira de Moura Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 75.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 10.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Ivone Ferreira de Moura em face do Companhia e Outro, objetivando: (i) a declaração da rescisão do contrato celebrado entre as partes; (ii) a condenação dos requeridos na devolução da quantia de R\$ 32.500,00 e (iii) condenação dos requeridos em danos morais no valor de R\$ 10.000,00.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 04/11/2024, com a juntada de contestação da Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.
---	--

Processo nº 1047731-29.2024.8.11.0041

a. juízo	10ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá – Mato Grosso
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	11/10/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Manoel Bom Despacho Arruda Jr. Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 70.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 5.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais ajuizada por Manoel Bom Despacho Arruda Jr. Em face do Companhia e Outro, objetivando, em síntese: (i) a exclusão do lançamento do valor de R\$ 50.000,00; (ii) condenação dos réus ao pagamento de R\$ 20.000,00 em danos morais.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 05/12/2024, com a realização da audiência de conciliação.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1030172-20.2024.8.26.0016

a. juízo	1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital – São Paulo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	28/10/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Ana Maria Roncgalia Iwasaki Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 56.480,00. Não é possível estimar o valor envolvido no processo, tendo em vista que o processo envolve valores já recolhidos e que virão a sê-lo até o encerramento da discussão judicial.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Declaratória c/c Pedido de Indenização de Danos Materiais ajuizada por Ana Maria Roncgalia Iwasaki em face do Companhia e Outro, objetivando o cancelamento das compras decorrentes da fraude da maquininha na qual a autora foi supostamente vitimada ou, subsidiariamente, a devolução dos valores cobrados.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 21/03/2025 foi proferida sentença de improcedência em relação à Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1097360-72.2024.8.26.0002

a. juízo	15ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro, São Paulo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	07/11/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Anelise Seren Cardoso Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 69.999,98. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 5.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Inexigibilidade de Débito e Indenização por Dano Moral e Tutela de Urgência ajuizada por Anelise Seren Cardoso em face do Companhia e Outros, objetivando, em síntese: (i) o reconhecimento da inexigibilidade dos valores fraudulentos lançados no cartão de crédito da autora no montante de R\$ 59.999,98 e (ii) condenação dos réus ao pagamento dos danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O processo se encontra concluso para sentença.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1021050-95.2024.8.26.0011

a. juízo	1ª Vara do Juizado Especial Cível XI – Pinheiros, São Paulo
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	16/12/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Lucio Maia Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 50.000,00. Valor efetivo da causa: R\$10.000,00
f. fatos principais	Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizado por Lucio Maia em face do Companhia e Outro, objetivando, em síntese: (i) que seja declarada a nulidade do representado pela transação fraudulenta de R\$ 40.000,00; (ii) condenação dos réus ao ressarcimento do valor de R\$ 40.000,00 e (iii) condenação dos réus ao pagamento dos danos morais no valor de R\$ 10.000,00.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 28/01/2025 com a juntada de contestação da Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.
---	--

Processo nº 0812942-03.2024.8.19.0061

a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Teresópolis, Rio de Janeiro
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	31/12/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Mauricio Castro da Silveira Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 52.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 5.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil por Danos Morais e Materiais c/c Obrigação de Fazer e Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por Mauricio Castro da Silveira em face do Companhia, objetivando a condenação dos réus pelos danos materiais no valor de R\$ 12.000,00 e danos morais no valor de R\$ 40.000,00.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 24/02/2025 com a juntada de contestação da Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0122399-76.2024.8.05.0001

a. juízo	9ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Salvador
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	16/06/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Luciana Barreto das Virgens Araujo Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 54.408,59.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face do cliente em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 08/01/2025 foi proferida sentença de improcedência em face da Companhia. Após, a Requerente apresentou recurso inominado em 31/01/2025 e a Requerida apresentou as suas Contrarrazões em 12/02/2025.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 5035723-80.2021.8.13.0079

a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Contagem
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	29/11/2021
d. partes no processo	Autor / Requerente: Luiz Eduardo Penido Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 82.462,649.
f. principais fatos	Trata-se de execução de título extrajudicial decorrente de um contrato de prestação de serviços não cumprido. O requerente incluiu a Companhia no polo passivo em razão da responsabilidade subjetiva.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 20/12/2021 a Companhia requereu a exceção de Pré-Executividade.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

remota)	
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0822913-02.2023.8.19.0205

a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande
b. instância	Segunda Instância
c. data de instauração	05/07/2023
d. partes no processo	Autor / Requerente: Marcelo Rodrigo de Melo Lopes Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 142.231,28.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 05/09/2023, com a juntada da contestação da Companhia.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0015948-60.2024.8.16.0182

a. juízo	13º Juizado Especial Cível da Comarca de Curitiba
b. instância	Segunda instância
c. data de instauração	19/04/2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autor / Requerente: Marina Barbosa de Lima Mendes Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 56.480,08.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 17/12/2024 a ação foi julgada parcialmente improcedente e a Companhia interpôs recurso nominado em 29/01/2025. A última movimentação processual se deu em 06/03/2025 com os autos remetidos para a 2ª instância.
h. estágio do processo	Recursal.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 5027034-42.2024.8.13.0079

a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Contagem
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	17/05/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Patricia Miriane Chaves de Miranda Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 55.291,40.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 21/06/2024, com a juntada de contestação da Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0806846-38.2023.8.19.0212

a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Niterói
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	16/08/2023
d. partes no processo	Autor / Requerente: Paulo Cesar Abi Ramia Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 70.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após a apresentação de contestação pela Companhia, foi concedida a Tutela Provisória requerida pelo Requerente, em 06/09/2023.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1001522-65.2025.8.26.0100

a. juízo	26ª Vara Cível do Foro Central/SP
b. instância	Primeira Instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	08/01/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Fagner Genghini e Daniel Oliveira de Souza Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 65.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 27/03/2025 foi proferida sentença julgando a ação improcedente em face de Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1001780-36.2025.8.26.0016

a. juízo	1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Central/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	23/01/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Thiago Coutinho Arnaut Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 53.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$10.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 29/01/2025 foi proferida decisão deferindo a tutela de urgência para suspender a exigibilidade das transações fraudulentas discutidas até que o feito seja julgado. A Companhia só foi citada em 11/02/2025, quando intimada para comparecer em audiência de conciliação que foi

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	realizada no dia 27/05/2025, e apresentar defesa.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 5014924-45.2025.8.13.0024

a. juízo	20ª Vara Cível do Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	22/01/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Isabela Orsini Franca e Stefano G. Domiciano Malaussena Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 143.922,42. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 50.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 08/05/2025, os autores reiterando os termos da inicial.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0811462-25.2025.8.19.0038	
a. juízo	6ª Vara Cível do Foro da Comarca de Nova Iguaçu/RJ
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	27/02/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Bianca dos Santos Anunciação Ferreira Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 69.500,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$20.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 14/03/2025, com a emenda à inicial pela parte autora.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0812013-56.2025.8.19.0021	
a. juízo	1º Juizado Especial Cível da Comarca de Duque de Caxias/RJ
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	17/03/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Adenilza Andre Gomes Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 60.720,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 10.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 15/04/2025, com a juntada de contestação da Companhia nos autos.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1002970-84.2025.8.26.0161

a. juízo	Vara do Juizado Especial Cível do Foro da Comarca de Diadema/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	14/03/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Walter Alves Toledo Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 52.500,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 10.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face da Companhia em decorrência de falha na prestação de serviços.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 15/04/2025, com a citação e intimação da Companhia para comparecer em audiência de conciliação que acontecerá em 10/06/2025 e apresentar defesa.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

do processo	
--------------------	--

Processo nº 1027051-89.2025.8.26.0002

a. juízo	2ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II da Comarca de Santo Amaro/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	04/04/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Paolo Rogerio de O. Salvalaggio e Denise D. Salvalaggio Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 60.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 5.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de "fraude na maquininha".
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 10/04/2025 foi proferida decisão indeferindo o pedido de tutela de urgência antecipada feito pelos autores, que tinha como objetivo suspender a exigibilidade da cobrança das transações fraudulentas discutidas até que o feito seja julgado.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 5012951-54.2025.4.03.6301

a. juízo	1ª Vara Cível do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária da Capital/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	02/04/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Mariana Araujo M. Ferreira e Regina Coeli de Araujo Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 59.800,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$5.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 15/04/2025 foi proferida decisão deferindo o pedido de tutela de urgência antecipada feito pelos autores, para obstar que o nome das autoras seja negativado até que o feito seja julgado.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1026053-24.2025.8.26.0002

a. juízo	1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II da Comarca de Santo Amaro/SP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	01/04/2025
d. partes no processo	Autor / Requerente: Mariana Araujo M. Ferreira e Regina Coeli de Araujo Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 58.800,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 07/04/2025 foi proferida sentença extinguindo o processo sem resolução de mérito, uma vez que a Caixa Econômica Federal (corrê) tem natureza de empresa pública federal e não pode ser julgada pelo Juizado Estadual, mas sim pelo Juizado Federal.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

possível ou remota)	
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 0821332-03.2024.8.19.0209

a. juízo	Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca/TJRJ
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	19/06/2024
d. partes no processo	Autor / Requerente: Fabiola Oliveira Caldas Netto Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 50.000,00. Valor estimado do risco: R\$ 5.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até a presente data, não foi proferida decisão de mérito no presente processo. O último ato processual se deu em 01/07/2024, com a juntada de contestação por parte da Companhia.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

Processo nº 1006642-17.2024.8.26.0006

a. juízo	1ª Vara Cível do Foro Regional de Penha de França/TJSP
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	13/05/2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autor / Requerente: Gisele Santos de Souveia Marchetti Réu / Requerido: Reag Investimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa: R\$ 70.000,00. Valor Atual Estimado do Risco: R\$ 5.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória movida em face de Companhia em decorrência de “fraude na maquininha”.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 30/10/2024 a ação foi julgada parcialmente procedente.
h. estágio do processo	Conhecimento.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Critério quantitativo.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento da condenação.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**4.5 - Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que inclui auditoria no valor total provisionado dos processos da Companhia, ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia neste item.

4.6 Processos sigilosos relevantes**4.6 - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e/ou suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes**4.7 - Outras contingências relevantes**

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("**Política de Gerenciamento de Riscos**"), que estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever, monitorar e gerenciar os riscos aos quais está sujeita.

A Política de Gerenciamento de Riscos Pode ser acessada: (i) na sede da Companhia; (ii) na página de Relações com Investidores da Companhia; e (iii) na página da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável pela avaliação da necessidade de atualizações e aprimoramentos à Política de Gerenciamento de Riscos, na forma do seu Regimento Interno, devendo periodicamente submeter à avaliação do Conselho de Administração seu entendimento sobre a suficiência e adequação da referida política à estrutura e atividades da Companhia.

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está sujeita a determinados riscos que são abordados pela Política de Gerenciamento de Riscos, quais sejam:

- Risco Estratégico: significa o risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.

- Risco Operacional: significa o risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de compliance associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas.

- Risco de Liquidez: significa o risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia e sem incorrer em perdas significativas.

- Risco de Compliance: significa o risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.

- Risco de Informação: significa o risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia estabelece um processo de gerenciamento dos riscos que engloba os seguintes componentes:

- Ambiente interno: realizar a análise de ambiente interno, por meio da avaliação envolve o estabelecimento da base de como riscos e são percebidos controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;

- Fixação de objetivos: definir os objetivos estratégicos, operacionais, de comunicação e de confiabilidade, por meio de um processo de desenvolvimento e de alinhamento entre os objetivos priorizados à missão e aos princípios da Companhia;

- Identificação de eventos: realizar análise para identificação de eventos, fatores internos e externos que configurem risco reais ou potenciais e possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;

- Avaliação do risco: realizar análise de riscos em função dos objetivos que podem ser identificados, bem como da probabilidade de ocorrência do risco e de seu impacto. Como alternativas para a avaliação de riscos, a Companhia irá realizar a comparação com referências de mercado (*benchmarking*), bem como modelos probabilísticos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Resposta ao risco: definir respostas aos riscos por meio da identificação e avaliação das possíveis alternativas, as quais podem ser: (i) evitá-lo; (ii) aceitá-lo; (iii) mitigá-lo; (iv) compartilhá-lo; ou (v) transferi-lo, levando em consideração a tolerância e Apetite para o Risco;

- Atividades de controle: estabelecer atividades de controle, por meio da elaboração de planos de ação alinhados às políticas e procedimentos da Companhia, bem como da gestão de implementação das ações propostas, visando assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia;

- Informação e comunicação: estabelecer o fluxo de governança de informações e definir a estratégia de comunicação, de forma que as informações relevantes sejam identificadas, coletadas e comunicadas para os empregados da Companhia, para que todos possam compreender e desempenhar suas funções e responsabilidades com relação ao enfrentamento dos riscos priorizados; e

- Monitoramento: monitorar continuamente a integridade do Gerenciamento do Risco, realizando as modificações que se façam necessárias. Deste modo, a Companhia poderá reagir ativamente conforme as circunstâncias diferentes e inesperadas. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas e avaliações independentes.

O processo de gerenciamento do risco da Companhia será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria da Companhia, pelo Comitê de Auditoria, pela Área de Riscos e Controle Internos e pela Auditoria Interna.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos, suas revisões e atualizações, bem como por: (i) determinar o apetite para o risco e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes; (ii) tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia; (iii) avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria; (iv) aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos; e (v) revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pela Área de Riscos e Controles Internos.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável por: (i) implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco; (ii) propor ao Conselho de Administração o Apetite para o Riscos da Companhia; (iii) avaliar periodicamente a Avaliação de Risco, relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração; (iv) avaliar e monitorar o Risco Estratégico; (v) identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlato.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia é encarregado de: (i) rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis; (ii) avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos; (iii) monitorar as exposições de Risco da Companhia; (iv) fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo; (v) coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações; (vi) avaliar e monitorar o Risco de Liquidez; (vii) investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e o *compliance* da Companhia; (viii) fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos; (ix) conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração; e (x) avaliar periodicamente a Avaliação de Risco, relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Área de Riscos e Controles Internos

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e de riscos corporativos são responsáveis por: (i) rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis; (ii) estabelecer o processo de gestão do risco da Companhia; (iii) coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*, controles internos e risco corporativo; (iv) avaliar e monitorar o Risco de Compliance, o Risco Operacional e o Risco de Informação; (v) mapear e conduzir treinamentos de *compliance* às áreas de interesse; (vi) auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia; (vii) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e (viii) coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer Riscos e monitorar a eficácia do processo de Gerenciamento do Risco.

Auditoria Interna

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A área responsável pela auditoria interna da Companhia responderá diretamente ao Comitê de Auditoria, e estará encarregada de: (i) monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores; (ii) aferir a qualidade e efetividade dos processos de Gerenciamento do Risco, controle e governança da Companhia; (iii) determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes; (iv) determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da Companhia; e (v) avaliar os riscos estratégicos e de negócio da Companhia.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos é assegurada através da hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Auditoria e da Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos citados acima. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos é reavaliada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com assessoramento do Comitê de Auditoria.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que são também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar tal adequação e confiabilidade.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente. As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.1 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da área de Riscos e Controles Internos.

b. estruturas organizacionais envolvidas

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento desses riscos estão sob

5.2 Descrição dos controles internos

responsabilidade da Área de Riscos e Controles Internos. Este gerenciamento é feito com o suporte da diretoria financeira e da gerência de controladoria.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Área de Riscos e Controles Internos, posteriormente consolidado em um relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Área de Riscos e Controles Internos sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta trimestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia, inclusive sobre o Risco Operacional, ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Com relação ao Risco Operacional, a função da Área de Riscos e Controles Internos estende-se tanto ao primeiro quanto ao segundo nível de sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, abrangendo a identificação de eventos e resposta a riscos, assim como informação e comunicação do gerenciamento de riscos e o controle das atividades de gerenciamento de riscos.

Para maiores informações sobre as funções e procedimentos da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos integra o segundo nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, tendo como núcleo a Área de Riscos e Controles Internos, bem como a Auditoria Interna, e está baseada na informação, comunicação e revisão periódica. A eficácia e a efetividade operacional dos controles internos são avaliadas anualmente.

A Área de Riscos e Controles Internos da Companhia, conforme refletido nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, deverá, dentre outros, (a) preparar relatórios trimestrais que descrevam os riscos da Companhia, a avaliação de risco correlata e os resultados do gerenciamento do risco, e submetê-los ao Comitê de Auditoria; (b) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; (c) coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar

5.2 Descrição dos controles internos

quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco; e, por fim, (d) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além disso, a Área de Riscos e Controles Internos atua na atividade de controle dos riscos, cabendo a ela estabelecer o processo de Gestão do Risco da Companhia, fixar e coordenar as diretrizes referentes aos controles internos e ao risco corporativo, revisar anualmente o sistema de controle de riscos internos.

Com o apoio da Área de Riscos e Controles Internos, o Comitê de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando que, na data de atualização anual deste Formulário de Referência, os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ainda não foram concluídos, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia referente a este tópico.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta (“**Código de Ética**” ou “**Código**”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021, conforme alterado.

Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, cartel, concorrência desleal, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia. A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada trimestralmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, caberá ao Comitê de Auditoria, o qual é auxiliado pela Área de Riscos e Controles Internos, reportar ao Conselho de Administração quaisquer riscos identificados ou eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia e esta Política, bem como acompanhar as apurações dos fatos.

5.3 Programa de integridade

A Companhia busca garantir a independência de cada um dos órgãos internos, incluindo o Comitê de Auditoria, concedendo total autonomia para a atuação de cada órgão envolvido no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

De modo a assegurar a independência do Comitê de Auditoria é vedada a participação, em sua composição, de diretores da Companhia, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

O Comitê de Auditoria é responsável por coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações. Este canal é administrado por uma empresa especializada externa e independente que garante o sigilo e a não retaliação ao colaborador que realizou a denúncia, tratando as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. Uma equipe investigará todas as denúncias recebidas que representem uma violação a este Código, bem como às demais políticas da Companhia. Essa equipe poderá ser formada por empregados que trabalham nos clãs de Pessoas & Cultura, Segurança da Informação, Jurídico & Compliance e outras equipes, ou por partes externas, conforme necessário.

O colaborador da Companhia também pode acessar diretamente o clã de Pessoas & Cultura ou o clã Jurídico & Compliance para efetuar denúncias diretamente, caso se sinta confortável. Estes clãs têm a obrigação de orientar e preservar o sigilo do denunciante, bem como de evitar qualquer tipo de retaliação

O canal de denúncia da Companhia pode ser acessados através do site da Companhia de relação com investidores, estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

iii. código de ética ou de conduta

O Código se aplica a todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, jovens aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre (i) orientação verbal; (ii) advertência escrita; (iii) suspensão com ou sem perda de remuneração; ou (iv) dispensa com ou sem justa causa. Não obstante, a Companhia também pode aplicar outras sanções disciplinares que entender cabíveis.

As diretrizes e orientações contidas no Código são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

5.3 Programa de integridade

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética com periodicidade anual ou sempre que houver alterações ou atualizações do Código, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, administradores, empregados, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços.

O Código de Ética pode ser acessado: (i) na sede da Companhia; (ii) na página de Relações com Investidores da Companhia; e (iii) no site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

b. canal de denúncia

- i. canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.**
- ii. canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados**
- iii. mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- iv. órgão responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia conta com canal independente para eventuais denúncias, o qual é administrado por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao Comitê de Auditoria. O canal de denúncias da Companhia podem ser acessados através do site da Companhia de Relações com Investidores, estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informação, cabendo ao Comitê de Auditoria reportar tais assuntos ao Conselho de Administração, bem como acompanhar a apuração dos fatos, que deverá ser feita conjuntamente pelos departamentos de Pessoas e Cultura e Jurídico e Compliance.

Este é um dos principais canais de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia. O canal garante o sigilo quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Considerando tanto as auditorias realizadas periodicamente quanto às denúncias recebidas, não foram identificados casos confirmados de desvios,

5.3 Programa de integridade

fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes**5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARANDU PARTNERS HOLDING S.A.						
61.630.876/0001-06	Brasil	Não	Sim	21/10/2025		
Não						
123.197.374	87,379	0	0,000	123.197.374	87,379	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ARC CAPITAL LTDA						
27.690.986/0001-25	Brasil	Não	Não	11/10/2023		
Não	ARC CAPITAL LTDA		Jurídica	27.690.986/0001-25		
11.988.915	8,503	0	0,000	11.988.915	8,503	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
191.719	0,136	0	0,000	191.719	0,136	
OUTROS						
5.613.798	3,982	0	0,000	5.613.798	3,982	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
140.991.806	100,000	0	0,000	140.991.806	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARANDU PARTNERS HOLDING S.A.				61.630.876/0001-06		
DARIO GRAZIATO TANURE						
016.819.597-63	Brasil	Não	Sim	21/10/2025		
Não						
900	50,000	0	0,000	900	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FELIPE OPPENHEIMER PITANGA BORGES						
079.127.867-08	Brasil	Não	Sim	21/10/2025		
Não						
900	50,000	0	0,000	900	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARANDU PARTNERS HOLDING S.A.				61.630.876/0001-06		
1.800	100,000	0	0,000	1.800	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	02/06/2025
Quantidade acionistas pessoa física	2.017
Quantidade acionistas pessoa jurídica	17
Quantidade investidores institucionais	17

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	16.470.113	11,682%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	16.470.113	11,682%

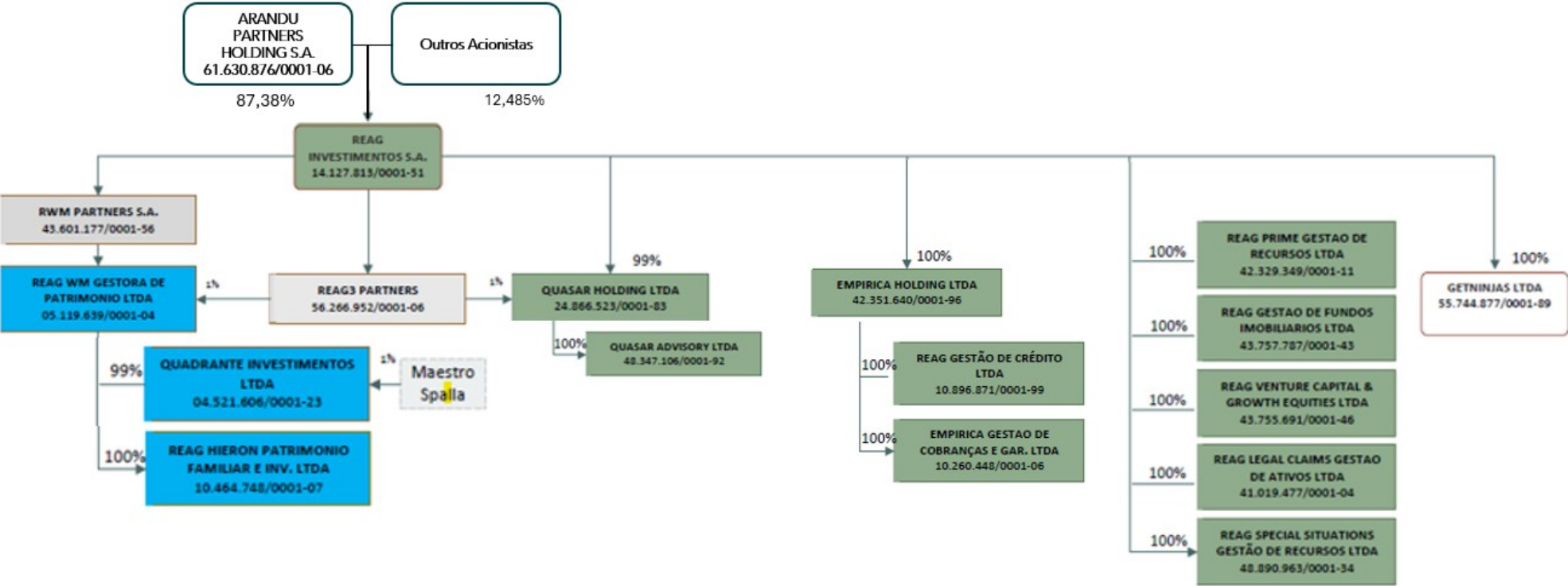
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
EMPÍRICA GESTÃO DE COBRANÇAS E GARANTIAS LTDA.	10.260.448/0001-06	99,98
EMPÍRICA HOLDING LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE EMPÍRICA HOLDING S.A.)	42.351.640/0001-96	100
GETNINJAS LTDA.	55.744.877/0001-89	100
GMS COFFEE COMPANY LTDA.	57.454.090/0001-08	100
HIERON PATRIMÔNIO FAMILIAR E INVESTIMENTO LTDA.	10.464.748/0001-07	100
QUADRANTE INVESTIMENTOS LTDA.	04.521.606/0001-23	99
QUASAR ADVISORY LTDA.	48.347.106/0001-92	100
QUASAR HOLDING LTDA.	24.866.523/0001-83	99
REAG BERKANA INVESTIMENTOS LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE BERKANA INVEST. E GESTÃO DE RECURSOS LTDA.)	10.757.908/0001-06	100
REAG GESTÃO DE CRÉDITO LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE EMPÍRICA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.)	10.896.871/0001-99	99
REAG GESTÃO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	43.757.787/0001-43	100
REAG JUS GESTÃO DE ATIVOS JUDICIAIS LTDA.	46.356.742/0001-55	100
REAG LEGAL CLAIMS GESTÃO DE ATIVOS LTDA.	41.019.477/0001-04	100

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
REAG PORTFOLIO SOLUTIONS LTDA.	48.954.141/0001-70	100
REAG PRIME GESTÃO DE RECURSOS LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE REAG EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.)	42.329.349/0001-11	100
REAG SPECIAL SITUATIONS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	48.890.963/0001-34	100
REAG SPECIALTY FINANCE LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE QUASAR ASSET MANAGEMENT LTDA.)	14.084.509/0001-74	100
REAG VENTURE CAPITAL & GROWTH EQUITIES LTDA.	43.755.691/0001-46	100
REAG WM GESTORA DE PATRIMÔNIO LTDA.	05.119.639/0001-04	99

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes**6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Principais características dos órgãos de administração

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária ("**Política de Indicação**"), a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição dos órgãos da administração da Companhia.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com reputação ilibada, comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, disponibilidade de tempo para o desempenho da função, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

O Conselho de Administração realizará, ao menos uma vez durante a vigência do mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, 2 reuniões do Conselho de Administração desde a última avaliação.

Os Comitês da Companhia realizam avaliações, pelo menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, do órgão colegiado e de cada um de seus membros. A condução do processo de avaliação é responsabilidade do coordenador do respectivo comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados ao respectivo membro objeto da avaliação e ao Conselho de Administração. Os resultados consolidados serão divulgados a todos os membros do respectivo comitê e ao Conselho de Administração.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados nas avaliações

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria leva em consideração o atingimento de metas, as competências organizacionais, bem como as principais responsabilidades específicas de cada órgão e os temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia e eventuais alocações de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externa para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam. No entanto, até o momento, a Companhia não contratou tais

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

serviços.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

O Código de Ética e Conduta da Companhia prevê que, sempre que receber um novo relato de conflito de interesses, o departamento de Pessoas & Cultura, juntamente com o departamento Jurídico & Compliance e o gestor do colaborador, irá avaliá-lo e, caso necessário, adotará as medidas internas necessárias para avaliar os riscos ali identificados.

Ademais, a Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(d) por órgão

As informações referentes aos itens “i” a “iii” estão devidamente inseridas nas tabelas estruturadas abaixo.

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero (refletido na tabela abaixo)

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça (refletido na tabela abaixo)

(iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável (refletido na tabela abaixo)

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

A Companhia não possui indicadores de diversidade para Conselho e Diretoria Estatutária além dos divulgados na tabela abaixo.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Embora a Companhia ainda não possua objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal, pela relevância do tema, está em discussão a criação de objetivos dedicados ao tema.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A Companhia considera relevante possuir medidas para avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima, por isso, encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento de uma política de ASG. Até o presente momento, não há distribuição de atividades especificamente relacionadas ao tema.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	0	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	0	5	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	0	5	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei, as competências do Conselho de Administração estão descritas no artigo 29 do estatuto social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, ambos disponíveis para acesso: (i) na sede da Companhia; (ii) no site de relações com investidores da Companhia; e (iii) nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

Os demais órgãos que se reportam ao Conselho de Administração são aqueles descritos no item 5.1, “b.iii”, quais sejam, Diretoria, Comitê de Auditoria, Área de Riscos e Controles Internos, e Auditoria Interna, cujas políticas e regimentos estão disponíveis: (i) na sede da Companhia; (ii) no site de relações com investidores da Companhia; e (iii) nos sites da CVM e da B3.

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e, embora possua política de contratação de serviços de extra auditoria, nos últimos 3 exercícios não efetivou tais contratações.

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui canal de denúncias aberto a todos para apresentação de denúncias relacionadas a violações de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia, inclusive para questões ASG e de conformidade. O canal de denúncias está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

Para mais informações sobre o canal de denúncias da Companhia, vide item 5.3.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome	CARLOS ALBERTO HEITOR DE FARIAS MAGGIOLI FILHO	CPF:	184.192.418-06	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	11/12/1974
Experiência Profissional:	Sócio-fundador da Quasar Asset Maanagement onde atuou como CEO da gestora. Foi Managing Director e Associate Partner no Banco Itaú BBA por 8 anos atuando como Global Co-Head of Equities. Foi ainda Portfolio Manager no banco Merrill Lynch GSRG em Londres, gerindo fundos long & short de ações para mercados emergentes. Com mais de 25 anos de experiência, trabalhou em São Paulo, Nova Iorque, Londres e Santiago do Chile. Formado em Contabilidade pela PUC-SP e Mestre em Finanças pelo Insper-SP. Obs: Saíde de Silvano Gersztel (antigo VP), já refletida anteriormente no FRE.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/10/2025	2 anos	Vice Presidente Cons. de Administração			Sim	

Nome

DARIO GRAZIATO TANURE

CPF:

016.819.597-63

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

28/08/1972

Experiência Profissional:

Dario Tanure é engenheiro de produção formado pela PUC-Rio e possui um MBA em Finanças pelo IBMEC, com mais de 30 anos de experiência no setor financeiro. Atualmente, é COO na REAG Investimentos e sócio na M4 Ventures, onde apoia o crescimento de startups inovadoras. Dario também foi COO na ICAP e Gestor de Investimentos em empresas como El Paso, Endesa e Odebrecht, consolidando sua experiência em serviços financeiros e inovação, com um forte foco em desenvolvimento de negócios e liderança estratégica.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/10/2024	2 anos - Até a primeira RCA após a AGO de 2026	Diretor de Relações com Investidores		02/10/2024		02/10/2024
Conselho de Administração	22/01/2025	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		22/01/2025	Não	22/01/2025
Diretoria	22/04/2025	2 anos - Até a primeira RCA após a AGO de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		22/04/2025		22/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

FELIPE OPPENHEIMER
PITANGA BORGES

CPF:

079.127.867-08

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

16/08/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com LL.M. pela University of California at Berkeley. Trabalha há cerca de 25 anos no mercado financeiro (Banco UBS Pactual, Banco Original, Equatorial Energia, Vinci Partners, J&F Investimentos). Gestor de Fundos de Legal Claims.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	08/09/2025	AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		08/09/2025	Não	08/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

FERNANDO ANTÔNIO
ALBINO DE OLIVEIRA

CPF:

199.391.168-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

12/06/1946

Experiência Profissional:

- Advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP)

- Especialista em Mercado de Capitais pela Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGVSP)

- Mestre em Direito internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova York (NYU)

- Doutor em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Sao Paulo (FDUSP)

- Ex - Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

- Ex Professor em Cursos de Graduação e Pós Graduação junto a FDUSP e à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FDPUCSP)

- Ex - Membro de Conselhos de Administração de empresas nacionais, abertas e fechadas, e de capital estrangeiro

- Ex - Membro de Conselho de Administração de instituição financeira

- Advogado em São Paulo, sócio fundador de Albino Advogados Associados desde 1990

- Dedicar-se a assuntos do mercado financeiro e de capitais, estruturação de projetos de infraestrutura e ao mercado de carbono e de ativos sustentáveis

- Conselheiro da FIESP

- No mercado de carbono:

-- elaborou a legal opinion e colaborou na arquitetura jurídica do primeiro fundo de ativos sustentáveis no Brasil referenciados a conservação ambiental, hoje precificado em mais de 13 bilhões de Reais

- diligenciou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para aprovação e enquadramento do referido fundo

-- estruturou outros fundos ambientais e de ativos sustentáveis

-- assessorou operações envolvendo mitigacoes de emissões poluentes com vistas a emissão dos créditos de carbono equivalentes

-- participou de grupo junto ao Ministério da Economia elaborando sugestões para a legislação recente de regulação do mercado de carbono no Brasil

- membro da Comissão Civil que a convite do Governo do Estado do Rio de Janeiro estrutura a Bolsa de Ativos Sustentáveis do Rio, em conjunto com a Nasdaq americana

-- advogado e parecerista na área de ativos sustentáveis em geral e aqueles relacionados a projetos de infraestrutura

- autor de artigos e obras e conferencista em assuntos de sua especialidade

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/12/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/12/2024	Sim	30/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	GIULIANA NIGRO ARGESE	CPF:	157.530.308-66	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Economista	Data de Nascimento:	13/01/1978
------	-----------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	------------	------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Sócia fundadora da Quasar e Head de Operações por 7 anos. Anteriormente foi Head de Controladoria da Kobold FIDC. Trabalhou também no JP Morgan gerenciando a equipe de projetos do Private Banking Brasil e atuou por 9 anos na GPS Planejamento Financeiro. Formada em Economia pela FAAP com MBA em Finanças pelo Insper-SP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/10/2025	2 anos	Diretor Financeiro		17/10/2025		17/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

MAURÍCIO ROCHA NEVES

CPF:

871.201.867-87

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

17/06/1965

Experiência Profissional:

Maurício é contador formado pela UFRJ, com registro ativo no CRC/RJ, cadastrado no CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e no CNPC (Cadastro Nacional de Peritos Contábeis). É Mestre em Contabilidade e Auditoria pela FGV, com pós-graduação em Advanced Management pela George Washington University (GWU), em Administración y Finanzas pelo I.E – Instituto de Ejecutivos (Madrid) e em Director's College (Governança Corporativa) pela Leland Stanford Junior University (EUA). Atua como Perito Judicial e Administrador Judicial, cadastrado no TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), em processos empresariais, cíveis e relacionados à Fazenda Nacional. Possui certificações CCA+ (Conselheiro de Administração) e CCF+ (Conselheiro Fiscal) pelo IBGC, além de certificação como Conselheiro Consultivo pelo CELINT e pela Board Academy. Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades anônimas de capital aberto, bem como de empresas familiares e de economia mista. Ocupou a Presidência do Conselho Fiscal da Brasileira Participações S.A. e atuou como Membro Independente Coordenador do COAUD (Comitê de Auditoria Estatutário) da INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Atualmente, exerce o cargo de Diretor de Prospeção de Novos Negócios e Relações Internacionais da FUSVE – Fundação Educacional Severino Sombra, onde também atua como Conselheiro Consultivo Estratégico. Também ocupa a posição de Conselheiro Consultivo Independente de uma organização social sem fins lucrativos, sediada no Paraná e atuante em equoterapia. Atua como executivo em nível C-Level desde 1992, com experiência em diferentes setores, incluindo indústria, Oil & Gas e serviços. Foi CEO por cinco anos de relevante operadora de saúde no Brasil e também foi Gerente Geral na ANS – Agência Nacional de Saúde, após passagens por duas grandes empresas de auditoria externa (KPMG e Arthur Andersen). Na área acadêmica, é professor de pós-graduação do IBMEC desde 1994 (32 anos), lecionando em cursos de MBA disciplinas como Governança Corporativa, Compliance, ESG e Gestão de Riscos, entre outras. Também é professor da FGV (desde 2010), do Mackenzie (desde 2020), da FIA-SP (desde 2021) e da BSSP (desde 2019). É fluente em inglês e espanhol, além do português.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/01/2026	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		06/01/2026	Não	06/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 (cinco) anos, o Sr. Maurício não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, nem a condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, tampouco a condenações transitadas em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenham ocasionado suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, encontrando-se, assim, devidamente habilitado para o exercício de suas atividades profissionais. O Sr. Maurício declarou, ainda, não ser pessoa politicamente exposta, conforme a legislação aplicável.

7.4 Composição dos comitês

Nome:	FERNANDO ANTÔNIO ALBINO DE OLIVEIRA	CPF:	199.391.168-53	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	12/06/1946
-------	-------------------------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	------------	----------	---------------------	------------

Experiência Profissional:

- Advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP)
 - Especialista em Mercado de Capitais pela Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGVSP)
 - Mestre em Direito internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova York (NYU)
 - Doutor em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP)
- *****
- Ex - Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
 - Ex Professor em Cursos de Graduação e Pós Graduação junto a FDUSP e à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FDPUCSP)
- *****
- Ex - Membro de Conselhos de Administração de empresas nacionais, abertas e fechadas, e de capital estrangeiro
 - Ex - Membro de Conselho de Administração de instituição financeira
- *****
- Advogado em São Paulo, sócio fundador de Albino Advogados Associados desde 1990
 - Dedicar-se a assuntos do mercado financeiro e de capitais, estruturação de projetos de infraestrutura e ao mercado de carbono e de ativos sustentáveis
 - Conselheiro da FIESP
- *****
- No mercado de carbono:
 - elaborou a legal opinion e colaborou na arquitetura jurídica do primeiro fundo de ativos sustentáveis no Brasil referenciados a conservação ambiental, hoje precificado em mais de 13 bilhões de Reais
 - diligenciou junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para aprovação e enquadramento do referido fundo
 - estruturou outros fundos ambientais e de ativos sustentáveis
 - assessorou operações envolvendo mitigação de emissões poluentes com vistas a emissão dos créditos de carbono equivalentes
 - participou de grupo junto ao Ministério da Economia elaborando sugestões para a legislação recente de regulação do mercado de carbono no Brasil
 - membro da Comissão Civil que a convite do Governo do Estado do Rio de Janeiro estrutura a Bolsa de Ativos Sustentáveis do Rio, em conjunto com a Nasdaq americana
 - advogado e parecerista na área de ativos sustentáveis em geral e aqueles relacionados a projetos de infraestrutura
- *****
- autor de artigos e obras e conferencista em assuntos de sua especialidade

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/2025	2 anos - Até a primeira RCA após a AGO de 2027			03/07/2025	22/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: IÊDA APARECIDA PATRICIO NOVAIS

CPF: 006.275.378-98

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Consultora

Data de Nascimento: 18/01/1951

Experiência Profissional:

Iêda é Conselheira de Administração, Conselheira Fiscal e membro do Comitê de Auditoria certificada pelo IBGC. Possui experiência de 25 anos em Conselhos em empresas privadas, pública, associações e fundação, bem como atuação nos temas de auditoria, gestão de riscos, compliance e planejamento estratégico. Atualmente é Membro Independente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU, da União Brasileira de Escolas Católicas – UBEC e membro do CoAud da Plano&Plano S.A. Graduada e licenciada em Comunicações pela USP com diversos cursos de extensão pela FGV, KPMG Risk University e IBGC. É Professora especialista do MBA do LARC– Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores, Poli, USP e instrutora do IBGC

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Presidente do Comitê	03/07/2025	2 anos - Até a primeira RCA após a AGO de 2027			03/07/2025	26/02/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:MAURÍCIO ROCHA NEVES

CPF:871.201.867-87

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Contador

Data de Nascimento:17/06/1965

Experiência Profissional:

Maurício é contador formado pela UFRJ, com registro ativo no CRC/RJ, cadastrado no CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e no CNPC (Cadastro Nacional de Peritos Contábeis). É Mestre em Contabilidade e Auditoria pela FGV, com pós-graduação em Advanced Management pela George Washington University (GWU), em Administración y Finanzas pelo I.E – Instituto de Ejecutivos (Madrid) e em Director's College (Governança Corporativa) pela Leland Stanford Junior University (EUA). Atua como Perito Judicial e Administrador Judicial, cadastrado no TJRJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), em processos empresariais, cíveis e relacionados à Fazenda Nacional. Possui certificações CCA+ (Conselheiro de Administração) e CCF+ (Conselheiro Fiscal) pelo IBGC, além de certificação como Conselheiro Consultivo pelo CELINT e pela Board Academy. Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades anônimas de capital aberto, bem como de empresas familiares e de economia mista. Ocupou a Presidência do Conselho Fiscal da Brasileira Participações S.A. e atuou como Membro Independente Coordenador do COAUD (Comitê de Auditoria Estatutário) da INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Atualmente, exerce o cargo de Diretor de Prospeção de Novos Negócios e Relações Internacionais da FUSVE – Fundação Educacional Severino Sombra, onde também atua como Conselheiro Consultivo Estratégico. Também ocupa a posição de Conselheiro Consultivo Independente de uma organização social sem fins lucrativos, sediada no Paraná e atuante em equoterapia. Atua como executivo em nível C-Level desde 1992, com experiência em diferentes setores, incluindo indústria, Oil & Gas e serviços. Foi CEO por cinco anos de relevante operadora de saúde no Brasil e também foi Gerente Geral na ANS – Agência Nacional de Saúde, após passagens por duas grandes empresas de auditoria externa (KPMG e Arthur Andersen). Na área acadêmica, é professor de pós-graduação do IBMEC desde 1994 (32 anos), lecionando em cursos de MBA disciplinas como Governança Corporativa, Compliance, ESG e Gestão de Riscos, entre outras. Também é professor da FGV (desde 2010), do Mackenzie (desde 2020), da FIA-SP (desde 2021) e da BSSP (desde 2019). É fluente em inglês e espanhol, além do português.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	06/01/2026	Até a primeira RCA após a AGO de 2027			06/01/2026	06/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 (cinco) anos, o Sr. Maurício não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, nem a condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, tampouco a condenações transitadas em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenham ocasionado suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, encontrando-se, assim, devidamente habilitado para o exercício de suas atividades profissionais. O Sr. Maurício declarou, ainda, não ser pessoa politicamente exposta, conforme a legislação aplicável.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (i) administradores da Companhia; (ii) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos 3 últimos exercícios sociais não houve nenhuma relação de subordinação entre administradores da Companhia e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; (ii) controlador direto ou indireto da Companhia; ou (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor caracterizado como relevante.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. - Acordos/seguros de administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“**D&O**”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregados da Companhia, incluindo mas não se limitando a gestor de risco (risk manager), advogado, contador, auditor interno, desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

A apólice, com vigência até 10 de agosto de 2025, foi contratada junto a Austral Seguradora. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 47.231,28 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos), com limite máximo de garantia, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia.	29/04/2022	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	45,77%
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	09/05/2022	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	45,77%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia.	29/04/2023	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	45,77%
Assembleia Geral Extraordinária	Discutir e deliberar sobre a redução do capital social da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados registrados nas informações financeiras trimestrais referentes para 30 de junho de 2023, com a consequente alteração do artigo 5º e consolidação do Estatuto Social, contemplando ajuste no artigo 5º do	31/08/2023	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	28,59%

7.8 Outras informações relevantes

	Estatuto Social.			
Assembleia Geral Extraordinária	Discutir e deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$ 223.506.874,80 (duzentos e vinte e três milhões e quinhentos e seis mil e oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), por considerá-lo excessivo, sem cancelamento de ações, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações ("Redução de Capital"); (ii) caso aprovado o item (i) acima, alteração e consolidação do artigo 5º do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), autorizando os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar a Redução de Capital.	23/10/2023	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	90,5%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a destituição dos atuais membros do CA; (ii) a fixação do número de membros para compor o CA; (iii) a eleição de novos membros do CA, com mandato unificado de 2 anos; e (iv) a designação do Presidente e do Vice-Presidente do CA.	21/11/2023	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	88,74%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Destituição dos atuais membros do CA; (ii) Fixação do número de membros para compor o CA; e (iii) Eleição de novos membros do CA, com mandato unificado de 2 anos, bem como a designação do Presidente e do Vice-Presidente do CA.	29/02/2024	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	91,37%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em sede de AGO: (i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o relatório dos auditores independentes, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer do Conselho Fiscal da Companhia, (ii)	30/04/2024	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	92,78%

7.8 Outras informações relevantes

	tomada das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, (iii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (iv) fixação da remuneração global anual administradores para o exercício social de 2024.			
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovação do Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da GetNinjas S.A., e Incorporação do Acervo Cindido pela REAG Trust S.A.; (ii) ratificação da contratação da empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de acervo cindido da GetNinjas para fins da Cisão Parcial, com base em seu valor patrimonial; (iii) aprovação do Laudo de Avaliação do Acervo Cindido;	26/06/2024	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	93,69%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) Aprovação dos termos e condições do Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia e Incorporação do Acervo Cindido pela Revee S.A., subsidiária integral da Companhia, celebrado em 14 de novembro de 2024 entre as administrações da Companhia e da Revee; (ii) Ratificação da contratação da empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de acervo cindido da Companhia para fins de Cisão Parcial, com base em seu valor patrimonial; (iii) Aprovação do Laudo de Avaliação da Cisão Parcial da Companhia; (iv) Aprovação da Cisão Parcial da Companhia, cuja eficácia estará sujeita à verificação de condições suspensivas, nos termos previstos no Protocolo; (v) Aprovação, sujeita à verificação das	09/12/2024	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	90,51%

7.8 Outras informações relevantes

	<p>Condições Suspensivas, da redução do capital social da Companhia em decorrência da Cisão Parcial, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia;</p> <p>(vi) Aprovação, Suspensivas, da alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social para refletir o novo objeto social;</p> <p>(vii) Aprovação, sujeita à verificação das Condições Suspensivas, da consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as deliberações acima;</p> <p>(viii) Ratificação da contratação da empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação dos ativos detidos pela Reveal Real Estate Venues & Entertainment Participacoes Ltda. e pela Integritate Participações Ltda. para fins da permuta de (ix.1) parte das cotas de fundos de investimento a serem detidas pela Reveal em decorrência da Cisão Parcial; pela (ix.2) totalidade da participação societária detida pela R. Real Estate e pela Integritate na Nova Fonte Luminosa S.A. e na Nova Serraria SPE S.A., bem como determinado crédito e direitos de garantia detidos pela R. Real Estate contra a Arena Porto-Alegrense S.A.;</p> <p>(ix) Aprovação do Laudo de Avaliação da Permuta de Ativos;</p> <p>(x) Aprovação da Permuta de Ativos, sujeita à verificação das Condições Suspensivas;</p> <p>(xi) Aprovação da alteração do objeto social da Reag Trust S.A., subsidiária integral da Companhia, bem como a consequente ratificação da Cisão GN x REAG Trust; e</p> <p>(xii) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as</p>			
--	---	--	--	--

7.8 Outras informações relevantes

	providências e praticar todos os atos necessários ou convenientes para implementação das matérias acima, observadas as Condições Suspensivas, conforme aplicáveis.			
Assembleia Geral Extraordinária	(i) alteração do limite do capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração da denominação social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social;	30/12/2024	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	90,50%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Em sede de AGO: (I) aprovação de contas dos administradores; Em sede de AGE: (i) alteração da forma de representação dos diretores e do conselho de administração (ii) consolidação do Estatuto Social	30/04/2025	Publicado na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.	88,92%

7.8 Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a Companhia há mais de três anos;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e

7.8 Outras informações relevantes

conduta e política de negociação de valores mobiliários;

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021, conforme alterada, a qual estabelece os princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia ("**Política de Remuneração**"). A Política de Remuneração ser acessada: (i) na sede da Companhia; (ii) na página de Relações com Investidores da Companhia; e (iii) no site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

O objetivo da Política de Remuneração é estabelecer regras e diretrizes para a determinação da remuneração dos Administradores, de forma que a remuneração seja ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção de profissionais qualificados e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e criação de valor. Desta forma, por meio de procedimentos formais e transparentes a Política de Remuneração dos Administradores busca valorizar a meritocracia, reconhecendo esforço e habilidades diferenciadas que gerem resultados para a Companhia, sem comprometer o equilíbrio interno e trabalho em equipe.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração também é responsável por definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos Administradores, bem como aprovar programas de remuneração baseada em ações e outorgas de ações no âmbito dos planos aprovados em Assembleia Geral.

A área de Pessoas & Cultura conduz periodicamente pesquisas de mercado, por meio de abordagem a profissionais e/ou por consulta a empresas especializadas que forneçam referidas pesquisas, para que possa

8.1 Política ou prática de remuneração

verificar a adequação da remuneração ao porte da Companhia e função exercida, a fim de que ajustes ou discrepâncias possam ser apontadas à deliberação oportuna do Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Na fixação das remunerações individuais, o Conselho de Administração leva os seguintes critérios em consideração (i) o estágio da Companhia; (ii) as responsabilidades atribuídas a cada administrador, considerando os cargos ocupados e as funções exercidas; (iii) o tempo dedicado à função; e (iv) competência, qualificação e reputação do profissional.

A área de pessoas e cultura da Companhia é responsável por conduzir periodicamente pesquisas, por meio de abordagem a profissionais externos, levantamento de dados publicamente disponíveis e/ou por consulta a empresas especializadas que forneçam referidas pesquisas em relação a empresas do setor de tecnologia que tenham porte semelhante ao da Companhia.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

c. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração tem como objetivo incentivar os Administradores a buscarem a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retraindo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa, incluindo benefícios diretos e indiretos; (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada ou referenciada em ações; e (iv) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando

8.1 Política ou prática de remuneração

instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho farão jus a remuneração fixa mensal, não havendo honorários adicionais por participação em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Para alguns membros externos de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, a remuneração fixa pode consistir em honorários mensais. É possível, no entanto, que membros de determinados comitês não façam jus a nenhuma remuneração.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária é baseada no estágio da Companhia, no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas por cada membro. É composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, orientada por pesquisas salariais aderentes ao segmento de atuação da Companhia e definido de acordo com a negociação individual com cada membro.

Todos os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis a benefícios que contemplam: (i) assistência médica extensiva aos dependentes; e (ii) vale-alimentação; entre outros.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão fazer jus a uma remuneração variável de curto prazo (bônus), atrelada ao atingimento de metas de performance definidas pela Companhia. A remuneração variável de curto prazo (bônus) busca oferecer aos diretores uma retribuição pelo seu desempenho e engajamento no atingimento dos objetivos elencados pela Companhia. Ao final de cada exercício, quando encerradas as demonstrações financeiras anuais, a Companhia irá apurar o atingimento das metas. O pagamento da remuneração variável de curto prazo (bônus), quando devido, acontecerá no primeiro trimestre do exercício subsequente à apuração.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis a uma remuneração variável de longo prazo que tem como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo de acionistas e diretores.

8.1 Política ou prática de remuneração

Essa modalidade de remuneração variável de longo prazo visa ainda reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas. Para mais informações sobre o plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia em vigência na data deste Formulário de Referência, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

Principais indicadores de desempenho

O montante equivalente à remuneração dos membros do Conselho de Administração será definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado, sendo que o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração podem receber honorários superiores aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente a seus cargos.

Já o montante equivalente à remuneração fixa dos membros da Diretoria é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado de empresas do mesmo porte da Companhia. Além disso, os diretores podem fazer jus a uma remuneração variável, que poderá ser composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, conforme abaixo:

- *Curto prazo:* A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto prazo da Companhia e está diretamente atrelada a seu desempenho financeiro e operacional. Na remuneração variável de curto prazo que lhes pode ser atribuída, as metas dos diretores estarão atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia; e
- *Longo prazo:* A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores, bem como reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas.

Para aferir o desempenho individual dos administradores da

8.1 Política ou prática de remuneração

Companhia, com relação à remuneração fixa, são considerados os seguintes indicadores: (a) mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades; (b) promoção, em função do acesso do diretor a um nível de maior complexidade em relação ao atual, podendo ocorrer em qualquer época; (c) reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e (d) enquadramento, decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência com base em pesquisas de mercado.

Por sua vez, para avaliar a adequação e determinação dos cálculos da remuneração variável da Administração da Companhia, são considerados de maneira equitativa os seguintes parâmetros: (a) Indicadores Econômico-Financeiros definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, quando aplicável; (b) metas individuais, as quais devem estar ligadas ao relacionamento com investidores e clientes, melhorias operacionais, crescimento qualificado do portfólio de atuação da Companhia (conquista de novos negócios ou negócios correlatos no portfólio atual) e metas de sustentabilidade relacionadas com as atividades do diretor e com sua atuação para o crescimento da Companhia; e (c) avaliação de competências em 360° referente às competências organizacionais, que são medidas por meio de comportamentos.

Com relação ao item (a) acima, atualmente os Indicadores Econômico-Financeiros utilizados para apurar definir a remuneração variável da administração são a receita líquida e métricas operacionais da Companhia (e.g. compra de moedas, taxa de fechamento, aquisição de novos profissionais para a plataforma, entre outros).

O montante devido a membros externos que eventualmente venham a compor o Comitê de Auditoria será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração fixa segue parâmetros de mercado para as funções de cada membro da administração da Companhia, reajustáveis conforme estabelecido na Política de Remuneração da Administração da Companhia e respectivo contrato celebrado entre a Diretoria e a Companhia, bem como, a remuneração variável é estabelecida em razão de desempenho e atingimento de metas de desempenho. A área de Pessoas & Cultura conduz periodicamente pesquisas de mercado, por meio de abordagem de

8.1 Política ou prática de remuneração

profissionais e/ou por consulta a empresas especializadas, para que possa verificar a adequação da remuneração ao porte da Companhia e função exercida, a fim de que ajustes ou discrepâncias possam ser apontadas à deliberação oportuna do Conselho de Administração.

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a vinculação a resultados, com metas de curto e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia; (b) evitar a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a Diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários; (c) ser justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada; (d) não estimular ações que induzam os Diretores a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo; (e) ter uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e (f) evitar o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

iii. membros não remunerados

Não aplicável, tendo em vista que nenhum membro da administração renunciou à sua respectiva remuneração.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

8.1 Política ou prática de remuneração

Não há.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.000.000,00	3.500.000,00		5.500.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	500.000,00		500.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.000.000,00		4.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	2.000.000,00	8.000.000,00		10.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	1,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	1,00	9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.500.833,33	1.580.535,00	120.000,00	3.201.368,33
Benefícios direto e indireto	0,00	138.956,85	0,00	138.956,85
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.500.833,33	1.719.491,85	120.000,00	3.340.325,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2,08	0,50	9,25
Nº de membros remunerados	5,00	2,08	0,50	7,58
Esclarecimento			Conselho Fiscal Instalado em 11/2023	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.018.598,83	1.900.823,98	37.125,96	2.956.548,77
Benefícios direto e indireto	0,00	265.791,29	0,00	265.791,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.896.126,71	0,00	1.896.126,71
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2023, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2023, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.018.598,83	4.062.741,98	37.125,96	5.118.466,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.037.022,00	1.789.796,00		2.826.818,00
Benefícios direto e indireto	0,00	81.520,00		81.520,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	890.387,00		890.387,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.322.867,00		5.322.867,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2023, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2023, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.037.022,00	8.084.570,00		9.121.592,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00		8,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4000000,00		4.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00		8,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2028004,40		2.028.004,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1385336,00		1.385.336,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	2,08	0,50	9,25
N° de membros remunerados	5,00	2,08	0,50	7,58
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	2,00		9,00
N° de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	476993,00		476.993,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1430979,00		1.430.979,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	953986,00		953.986,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	890387,00		890.387,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o qual foi aditado em 29 de abril de 2022 (“**Plano**”), cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”) aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, além de pessoas naturais que a elas prestem serviço, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração (“**Pessoas Elegíveis**”), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano (“**Participantes**”).

O Plano contemplava uma diluição máxima de até 5%, considerando o capital social existente na Data da Outorga das Opções, sendo certo que a Companhia pretende outorgar opções nos termos do respectivo Plano até a data de lançamento de sua Oferta Pública Inicial de Ações, sem prejuízo de eventuais outorgas posteriores, referente a possível saldo.

O Plano tinha por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram Ações, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis na condição de investidores e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle.

O prazo de exercício da última tranche de exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano se encerrou em fevereiro de 2024, tendo a formalização do encerramento do Plano sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 31 de março de 2025.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021 e aditado em 29 de abril de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas

O Plano previa a abrangência de um número de ações que não exceda 5% das ações representativas do capital social total da Companhia na Data de Outorga das

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Opções. O número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade de Opções outorgada poderia ser ajustada, a critério do Conselho de Administração, que realizaria os ajustes apropriados nas outorgas de opções nos termos do Programa, em razão do aumento ou da diminuição de ações representativas do capital social da Companhia.

e. condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de opções, elegendo os outorgados em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções. Cada opção dava direito ao outorgado de subscrever ou adquirir uma Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos nos respectivos programas e/ou contratos de opção.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano foi o valor aprovado pelo Conselho de Administração na Data de Outorga.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício era de até um ano contado do fim dos respectivos Períodos de Carência ou *Vesting*, desde que respeitadas as condições para exercício estabelecidas no Contrato de Opção.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderia, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou vender Ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

i. restrições à transferência das ações

Não havia previsão de restrição à transferência das ações adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano foi extinto em 31 de março de 2025.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Quando da aprovação dos programas ou dos contratos de opção, foram fixadas regras relativas ao tratamento dado às opções outorgadas nas hipóteses de desligamento do outorgado da Companhia. Foram consideradas, pelo menos, as hipóteses em que o outorgado (i) se desligasse por vontade própria, (ii) fosse desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador; (iii) fosse desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, e (iv) viesse a falecer ou se tornar permanentemente inválido.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que, na presente data, não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.	Não aplicável, tendo em vista que, na presente data, não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2,08		8,75
Nº de membros remunerados	5,00	2,08		7,08
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	2,000000		2,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,01		0,01
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	2,000000		2,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,01		0,01
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações**8.6 Outorga de opções de compra de ações**

Previsão de remuneração Baseada em Ações para o Exercício Social de 2025: Não aplicável, tendo em vista que, na presente data, não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	5	3
N° de membros remunerados	5	3
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6,67	2,08
N° de membros remunerados	5	2,08
Data de outorga	-	N/A
Quantidade de opções outorgadas	-	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	N/A

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Data de outorga	-	N/A
Quantidade de opções outorgadas	-	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	N/A

8.7 Opções em aberto

8.7 Opção em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.8 Opções exercidas e ações entregues**8.8 Opções exercidas e ações entregues**

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	3
Nº de membros remunerados	5	3
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,67	2,08
Nº de membros remunerados	5	2,08
Número de ações	-	393.517
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$2,44
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	393.514,57

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações**8.9 Remuneração baseada em ações a serem entregues aos beneficiários**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui, e não possuiu nos últimos três exercícios sociais sociais, planos de ações restritas.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui e não possuiu nos últimos três exercícios sociais sociais planos de ações restritas

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,67	2,08	
N° de membros remunerados	5,00	2,08	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	2,00	
N° de membros remunerados	5,00	2,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

A metodologia aplicada para avaliação das opções foi a Black-Scholes, cuja fórmula foi desenvolvida na década de 70 por Fisher Black, Robert Merton e Myron Scholes. Também conhecido como Black-Scholes-Merton, BlackScholes é um modelo amplamente difundido para precificação de opções e é utilizado para calcular o valor teórico das opções usando uma série de variáveis, como os preços atuais das ações, preço de exercício da opção, dividendos esperados, taxas de juros projetadas, tempo de expiração e volatilidade esperada.

O modelo possui algumas premissas, como comportamento do preço da ação corresponde a um modelo lognormal com desvio padrão e média constante; ausência de custos de transação; contratos divisíveis; ausência de possível arbitragem; negociação de títulos e ações contínua; investidores possuem a mesma taxa livre de risco, sendo ela constante no curto prazo. Apresentamos abaixo as fórmulas Black-Scholes utilizadas para os cálculos dos valores de uma opção de compra (call) e de venda (put):

$$C = S_0 N(d_1) - Ke^{-rT} N(d_2) \quad P = Ke^{-rT} N(-d_2) - S_0 e^{-qT} N(-d_1)$$

Onde: C é o valor da opção de compra, S é o valor atual do ativo-objeto, N é o valor da função de distribuição normal padrão acumulada, K é o preço de exercício da opção, r é a taxa de juros livre de risco, T é tempo até a data de vencimento das opções e d1 e d2 são os chamados desvios padronizados, calculados em função da volatilidade dos ativos, do tempo até o vencimento, do preço de exercício e da taxa livre de risco. As fórmulas dos desvios padronizados são as seguintes:

$$d_1 = \frac{\ln(S_0 / K) + (r + \sigma^2 / 2)T}{\sigma \sqrt{T}}$$

$$d_2 = \frac{\ln(S_0 / K) + (r - \sigma^2 / 2)T}{\sigma \sqrt{T}} = d_1 - \sigma \sqrt{T}$$

A taxa de juros livre de risco (r) equivale ao retorno que depende do risco da ação. Quanto maior o risco, maior deve ser o seu retorno. Adicionalmente, o mercado de ações é influenciado pela taxa de juros da economia, dado que ela baliza os retornos esperados para todos os ativos. Já a volatilidade dos preços da ação representa o grau de incerteza em relação ao retorno esperado. A volatilidade pode ser apurada indiretamente, por meio da volatilidade implícita. Ela é uma referência para as estimativas usadas pelos outros agentes do mercado e, por meio dela, pode-se calcular o valor de outras opções de uma mesma ação.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

8.12 Precificação das ações/opções

O modelo de precificação considerou as seguintes premissas:

Preço Médio Ponderado das Ações	R\$11,21
Preço de Exercício	R\$6,20
Volatilidade Esperada	67,37%
Prazo de Vida das Opções	2 anos, sendo 1 ano de prazo de carência e 1 ano prazo de exercício.
Taxa de Juros Livre de Risco	8,77%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Considerando que o Plano sujeita o exercício das opções ao transcurso integral do período de carência (exceções pontuais em caso de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário), o método não considera o exercício antecipado das opções, adotando como premissa o exercício das opções após os respectivos prazos de carência.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi estimada em 37,04% no primeiro ano; 61,43% no segundo ano; 78,46% no terceiro ano e 92,55% no último ano, com base na volatilidade de empresas de capital aberto semelhantes à Companhia em outros países.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

As características relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Participações detidas por órgão

Encerramento do exercício social de 2024

Acionista	Ações da Companhia	(%)
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria	3.326.800	2,36%
Conselho Fiscal	N/A	N/A
Total	3.326.800	2,36%

8.14 Planos de previdência

8.14 - Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,00	2,08	2,00	5,00	6,67	7,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,08	2,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	668.464,60	2.462.020,06	5.668.034,00	300.000,00	275.000,00	300.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	356.218,42	7.881,05	2.416.535,00	50.000,00	1.741,57	90.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	341.561,01	102.912,54	4.042.285,00	70.000,00	22.741,81	207.404,40

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.	
31/12/2022	Considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Não considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.	
31/12/2022	Não considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputadaa um segurado enquanto atuando como tal.

A apólice, com vigência até 10 de agosto 2025, foi contratada junto a Austral Seguradora. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 47.231,28 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos), com limite máximo de garantia, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 7.7 do Formulário de Referência.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas aos controladores na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão 2025	3%%	0%	0%
2024	8,98%	16,16%	0%
2023	-	-	-
2022	-	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções**8.18 - Remuneração - Outras funções**

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Não aplicável, uma vez que nenhuma remuneração de administradores da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais, bem como não há previsão para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes**8.20 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada		Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
31/07/2020		31/07/2020	
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) Emissão do relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrados em 31 de janeiro de 2022 (ii) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022; (iii) revisão das informações contábeis intermediárias para os períodos de três, seis e nove meses findo em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração paga aos auditores independentes foi de R\$ 279.883,40 para a auditoria e asseguaração das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
Justificativa da substituição			
A mudança foi realizada por motivo de sinergia operacional, uma vez que o auditor independente do acionista controlador da Companhia, o REAG Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações, também é auditado pela PWC.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
27/02/2024		01/01/2023	
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) Emissão do relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) revisão das informações contábeis intermediárias para os períodos de três, seis e nove meses findo em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos auditores independentes foi de R\$ 360.760,00 (trezentos e sessenta mil, setecentos e sessenta reais).			
Justificativa da substituição			
Não aplicável			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

Código CVM do Auditor	011878		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES		Juridica	16.549.480/0001-84
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
27/10/2025		31/12/2024	
Descrição dos serviços prestados			
(i) Emissão do relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) revisão das informações contábeis intermediárias para os períodos de três, seis e nove meses findo em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 (iv) Emissão do relatório de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (v) auditoria das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Valor total de: e R\$ 1.284.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil reais), sendo: (i) 31.12.2024 R\$ 157.973,50 (ii) 1o. ITR R\$ 28.134,34 (iii) 2o. ITR * R\$ 274.217,41 (iv) 3o. ITR * R\$ 272.909,25 (v) 31.12.2025 * R\$ 550.765,25 Total R\$ 1.284.000,00			
Justificativa da substituição			
Diante da reorganização societária da companhia, a substituição foi realizada por decisão estratégica e operacional			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**9.3. - Independência e conflito de interesses dos auditores**

Não há situação de desacordo com as regras de independência para o auditor independente conforme a NBC PA 400, que dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão, de 27 de novembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia reitera que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre o auditor e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Resolução CVM nº 94/22, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em função da mudança do auditor descrita nos itens 9.1/9.2, a Companhia informa que o escopo dos trabalhos do novo auditor abrangerá, inclusive, a finalização dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como de revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia de 2025, cuja divulgação foi adiada, conforme informado nos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 30 de março, 14 de maio e 13 de agosto de 2025.

Ademais, não há outras informações julgadas relevantes pela Companhia.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	10	17	0	0	0
Não-liderança	58	64	1	0	3
TOTAL = 153	68	81	1	0	3

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	16	2	2	0	0	6
Não-liderança	7	69	14	28	0	0	8
TOTAL = 153	8	85	16	30	0	0	14

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	22	4
Não-liderança	36	85	5
TOTAL = 153	37	107	9

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	27	0
Não-liderança	3	123	0
TOTAL = 153	3	150	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	2	1	22	2	0
Não-liderança	0	6	7	99	14	0
TOTAL = 153	0	8	8	121	16	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	5	2	0	0	1
Centro-Oeste	5	3	0	0	0
Sudeste	49	69	1	0	2
Sul	9	7	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 153	68	81	1	0	3

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	3	0	3	0	0	2
Centro-Oeste	0	3	0	4	0	0	1
Sudeste	8	68	16	20	0	0	9
Sul	0	11	0	3	0	0	2
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 153	8	85	16	30	0	0	14

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	1	7	0
Centro-Oeste	2	3	3
Sudeste	31	86	4
Sul	3	11	2
Exterior	0	0	0
TOTAL = 153	37	107	9

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

31/12/2024			
Localização geográfica (UF)	Atividade	Número de terceirizados	Total por localização geográfica
São Paulo	Manutenção	13	65
	Outros	35	
	Limpeza	17	

c. índice de rotatividade

A Companhia o índice de rotatividade para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de 32,62%.

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, vide item 4.4 deste Formulário de Referência.

10.2 Alterações relevantes**10.2 - Alterações relevantes**

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados****a. política de salários e remuneração variável**

A remuneração global dos empregados da Companhia é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) para determinados empregados, remuneração baseada ou referenciada em ações.

b. política de benefícios

Os empregados celetistas da Companhia contam com um pacote de benefícios que inclui: (i) vale- transporte; (ii) vale-refeição ou alimentação; (iii) assistência médica e odontológica; (iv) auxílio psicológico através de profissionais da plataforma da Companhia sem custo algum para o funcionário; (v) estacionamento e (vi) auxílio luz e internet no valor de R\$ 100,00 mensais.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possui nenhum plano de remuneração baseado em ações vigente.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado e a mediana da remuneração individual dos empregados é de 6,61 vezes.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
52.415,00	7.926,45	6,61
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia é uma holding, razão pela qual está isenta de enquadramento sindical.

Além disso, nos últimos três exercícios sociais não ocorreram greves ou paralizações por parte dos empregados da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes**10.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações envolvendo Conflitos de Interesses, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 em abril de 2021, conforme alterada (“**Política de Transações com Partes Relacionadas**”). A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo definir regras, no âmbito de todas as relações da Companhia, suas controladas e controladores, com funcionários, gestores, gerentes, diretores, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, sindicatos e diversas outras pessoas ou empresas que possuam relações ou interesses com alguma entidade da Companhia (*stakeholders*), para assegurar que todas as operações e tomadas de decisão sejam administradas e direcionadas visando exclusivamente os interesses da Companhia, de seus sócios e/ou acionistas, especialmente no que tange ao envolvimento de partes relacionadas e conflito de interesses, bem como quaisquer situações com risco potencial nesses sentidos.

Ao identificar a possibilidade de realização de uma Transação com Partes Relacionadas, as pessoas sujeitas à Política, bem como os colaboradores e prestadores de serviços da Companhia, deverão submeter tal operação à aprovação das respectivas alçadas a seguir, considerando-se uma única Transação ou um conjunto de Transações relacionadas em um mesmo exercício social:

(i) Transações com Partes Relacionadas de valor igual ou inferior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia (conforme último balanço anual divulgado) (“**Montante Relevante**”): deverão ser submetidas à aprovação dos Diretores Estatutários da Companhia, observadas as regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia, que poderão, a seu exclusivo critério: (a) aprovar a realização da Transação; ou (b) submeter à análise da Diretoria Estatutária da Companhia para decisão colegiada; e

(ii) Transações com Partes Relacionadas de valor superior ao Montante Relevante: deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Não obstante o disposto acima, competirá à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia deliberar sobre qualquer Transação com Partes Relacionadas cujo valor corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado, nos termos do Artigo 122, inciso X, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

11.1 Regras, políticas e práticas

A Diretoria Estatutária da Companhia, junto ao Conselho de Administração, atuará de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas: (i) sejam realizadas por escrito, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de resilição, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas; (ii) sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; e (iii) estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Caso a operação seja autorizada, ela deverá ocorrer de acordo com as políticas da Companhia, suas alçadas e os parâmetros de mercado, bem como com as seguintes diretrizes: transparência, competitividade, conformidade e equidade.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Em caso de conflito de interesses, o(a) envolvido(a) deve se afastar, imediatamente, do processo específico, opinião e da tomada de decisão respectiva ao seu conflito, devendo aguardar orientações superiores e o cumprimento do processo de análise previsto na Política, mas em nenhuma hipótese o envolvido deve deixar de cumprir seus deveres legais e de proteção aos demais riscos da Companhia.

A Companhia conta com canal independente para eventuais denúncias, o qual é administrado por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao Comitê de Auditoria. O canal de denúncias da Companhia podem ser acessados através do site da Companhia de Relações com Investidores, estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

Por fim, a Companhia também adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo estabelecer os princípios éticos e de conduta, pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem orientar as relações internas e externas com qualquer colaborador ou terceiro ao desempenhar suas atividades.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Companhia podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia; e (ii) site de relações com investidores da Companhia, site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui transações com partes relacionadas que estejam em vigor ou que tenham sido celebradas no último exercício social.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía transações com partes relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
30/12/2024			10.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0		0	0

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/06/2025			585.136.354,50
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
140.991.806		0	140.991.806

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/06/2025			585.136.354,50
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
140.991.806		0	140.991.806

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/06/2025			585.136.354,50
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
140.991.806		0	140.991.806

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui, até a presente data, outros valores mobiliários admitidos à negociação além de suas ações ordinárias.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a presente data, a Companhia não possui outros valores mobiliários quaisquer valores mobiliários admitidos à negociação além de suas ações ordinárias.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados de negociações no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código “**REAG3**” e sob nome de pregão “**REAGINVEST**”

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Oferta Pública de Aquisição

Em 12 de dezembro de 2023 foi realizada oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia, melhor descrita no item 1.1 deste formulário de referência (“**OPA**”).

A OPA compreendeu exclusivamente a aquisição secundária de ações de emissão da Companhia, de forma que não houve ingresso de recursos na Companhia em decorrência da referida operação.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, conforme informado no item (a) acima.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, conforme informado no item (a) acima.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Não há outras informações, além das já prestadas, que a Companhia julga serem relevantes neste item.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
DARIO GRAZIATO TANURE	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**13 Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário****DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES**

Eu, **DARIO GRAZIATO TANURE**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 09.391.357-2 IFP RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.819.597-63, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2345, 2º andar, Jardim América, CEP 01441-002, na qualidade de **DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES** da **REAG INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2345, 2º andar, Jardim América, CEP 01441-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.127.813/0001-51, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE de nº 35.300.518.586 ("Companhia"), declaro, para fins do estabelecido no item 13 do Anexo C à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), que:

- a. Revi o Formulário de Referência da Companhia;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 02 de junho de 2025.

Dario Tanure

DARIO GRAZIATO TANURE

Diretor Presidente e de Relação com Investidores



13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Atualizado em 02 de junho de 2025. Versão v1.45.0.

Reag Invest - FRE - Item 13.1 (ANUAL) (FINAL).pdf

Documento número #e152e7b5-8591-41c8-9443-ce2db19b66e0

Hash do documento original (SHA256): ec4fce340a1118719dd9c5d5a7e347b6964e1f69d5722d763c3ce1759aabc8c1

Assinaturas

**Dario Graziato Tanure**

CPF: 016.819.597-63

Assinou como administrador em 02 jun 2025 às 11:52:37



Log

- 02 jun 2025, 10:33:36 Operador com email bdrumond@cdoadv.com.br na Conta 1bcadd13-6c84-4ed4-93b7-9495c3143e42 criou este documento número e152e7b5-8591-41c8-9443-ce2db19b66e0. Data limite para assinatura do documento: 02 de julho de 2025 (10:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 02 jun 2025, 10:34:23 Operador com email bdrumond@cdoadv.com.br na Conta 1bcadd13-6c84-4ed4-93b7-9495c3143e42 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 16 de agosto de 2025 (13:13).
- 02 jun 2025, 10:34:24 Operador com email bdrumond@cdoadv.com.br na Conta 1bcadd13-6c84-4ed4-93b7-9495c3143e42 adicionou à Lista de Assinatura: Dario.tanure@reag.com.br para assinar como administrador, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Dario Graziato Tanure e CPF 016.819.597-63.
- 02 jun 2025, 11:52:37 Dario Graziato Tanure assinou como administrador. Pontos de autenticação: Token via E-mail Dario.tanure@reag.com.br. CPF informado: 016.819.597-63. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo a808b6(...), vide anexo manuscript_02 jun 2025, 11-52-19.png. IP: 189.8.94.122. Componente de assinatura versão 1.1224.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 02 jun 2025, 11:52:37 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e152e7b5-8591-41c8-9443-ce2db19b66e0.

**Documento assinado com validade jurídica.**Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e152e7b5-8591-41c8-9443-ce2db19b66e0, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Dario Graziato Tanure

Assinou o documento enquanto administrador em 02 jun 2025 às 11:52:37

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo a808b6(...)



Dario Tanure

Dario Graziato Tanure
manuscript_02 jun 2025, 11-52-19.png

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.